

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de março de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial para tratar do Seminário Estadual de Reforma Política. Tal proposta foi requerida pelos deputados Fabrício Falcão, Zó e Bobô, em parceria com a Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Para compor a Mesa, convido as seguintes personalidades: o meu querido amigo Fabrício Falcão, deputado estadual e requerente do Seminário Estadual da Reforma Política (palmas.); a Srª Coordenadora do Seminário da Reforma Política na Câmara dos Deputados, deputada Moema Gramacho (palmas.); o Sr. Coordenador do Seminário da Reforma Política na Câmara dos Deputados, deputado Daniel Almeida (palmas.); o deputado federal e membro da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, Benito Gama (palmas.); o deputado e membro da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, Arthur Maia (palmas.); o Sr. Presidente da OAB-BA, Luiz Viana Queiroz (palmas.); a Srª Elke Petersen, chefe da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores, representante do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Lourival Trindade (palmas.); o Sr. Procurador Regional Eleitoral, Rui Nestor Bastos Melo (palmas.); a Srª Presidente da UPB, Maria Quitéria (palmas.); a Srª Representante do NEIM, Antônia Garcia (palmas.); o Sr. Representante do Movimento Nacional Contra a Corrupção Eleitoral, Carlos Moura (palmas.) e o Sr. Presidente da CTB-BA, Aurino Pedreira (palmas.)

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, passarei a Presidência dos Trabalhos ao deputado Fabrício Falcão. Mas este seminário, na realidade, é, ao mesmo tempo, uma sessão especial requerida pelos deputados Bobô, Zó e Fabrício Falcão.

Desejo sucesso nesta discussão política e neste momento importantíssimo da vida pública nacional em que o povo brasileiro foi às ruas solicitar diversas mudanças, entre elas, a mudança eleitoral.

Em 1992, vivemos uma crise, apenas, política. Ontem, o Brasil viveu um momento importante. Hoje, estamos vivendo uma crise econômica e política.

Por isso, solicito, principalmente aos deputados federais, atender à solicitação do povo que pleiteia e exige reforma política já, coligação, financiamento.

Vejam, a eleição de 2 em 2 anos está-se tornando insuportável. O povo brasileiro, talvez, em sua unanimidade, quer a coincidência dos mandatos. Solicito, principalmente, aos deputados aqui presentes que, desta vez, a Câmara dos Deputados não adie e decida, urgentemente, o que nós queremos. Reforma política neste momento é um dos principais itens da solicitação do povo brasileiro.

Passo a Presidência dos Trabalhos ao meu amigo Fabrício Falcão, representando a Mesa Diretora. Retornarei ao fim dos trabalhos.

Muito obrigado.

(O Sr. Fabrício Falcão assoma à Presidência dos Trabalhos da sessão especial.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Bom-dia a todos e a todas.

Para mim, é um prazer presidir este importante debate que está acontecendo com a Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal. Na verdade, o nosso interesse, aqui na Bahia, é ter esta discussão aqui no Parlamento estadual, é saber e compreender como estão sendo realizadas as discussões da reforma política.

Espera-se que essa reforma tão dita – e muitos dizem sem saber exatamente o seu significado – seja debatida de forma clara e responsável pelo Congresso Nacional. E que ela, ao sair, não venha uma reforma deformada que, em vez de melhorar o sistema político brasileiro, traga algo que seja pior para a Nação. Assim, esperamos contribuir com esse debate, que isso aconteça em cada unidade da Federação e que depois o Congresso Nacional possa, realmente, fazer algo compreensível e de responsabilidade, para modificar a estrutura do sistema político brasileiro.

Convido a deputada federal Alice Portugal para compor a Mesa. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Abrindo os trabalhos, concedo a palavra ao deputado Daniel Almeida pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. DANIEL ALMEIDA:- Cumprimento o deputado Fabrício Falcão, que, neste momento, preside este seminário; também toda a Bancada do PCdoB, composta pelos deputados Fabrício Falcão, Bobô e Zó, que teve a iniciativa de sugerir a realização desse seminário; o deputado Marcelo Nilo; e, em nome dele, todos os membros da Assembleia Legislativa que se associaram a esse esforço.

Saúdo de forma especial os meus colegas membros da comissão especial da Câmara dos Deputados que trata da reforma política: a deputada Moema Gramacho, que chegou lá de forma muito vibrante – como nós a conhecemos – e atuando firmemente em torno de uma reforma política democrática e com eleições limpas, que tem contribuído muito com esse debate; o deputado Benito Gama, que retorna à Câmara dos Deputados; e o deputado Arthur Maia, que já compôs uma comissão anterior para tratar do tema Reforma Política. Ainda compõem essa comissão mais dois baianos: os deputados Elmar Nascimento e Uldurico, que não estão presentes,

neste momento, mas compartilham esse esforço coletivo de realizarmos esse seminário.

Quero colocar algumas questões para coletivizar o funcionamento do que está acontecendo nessa comissão especial da Câmara dos Deputados, cumprimentando todas as entidades que compõem essa Mesa, entidades do movimento social, entidades da luta da sociedade civil, as instituições, a OAB, a CNBB, as centrais sindicais, o movimento juvenil, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral. Compreendo que reforma política não é um tema apenas do Congresso Nacional, é um tema de todas as instituições e da sociedade brasileira; é um tema que todos vamos compreendendo cada vez mais urgente. Cada vez é mais necessário chamar a sociedade, deputada Alice Portugal, que já foi convidada para compor a Mesa, deputado Davidson Magalhães; cada vez mais é um tema urgente, inadiável.

Estou no Congresso Nacional, há 12 anos, e participei de algumas comissões para tratar de reforma política, Amauri, e quase sempre esbarram na impossibilidade de alcançar maioria em qualquer uma delas. Não é um tema simples. Se perguntarmos a cada um, aqui, se deseja uma reforma política, todos dirão que sim. Mas qual o conteúdo da reforma política? Aí há muita divergência e opiniões diversas também entre os parlamentares. Provavelmente está na cabeça de cada um dos 513 parlamentares e dos 81 senadores uma proposição com alguma divergência sobre reforma política. Isso é algo salutar, positivo.

O tema é complexo, e temos de buscar encontrar a convergência. A participação da sociedade é insubstituível, para interferir no ritmo da deliberação e no conteúdo da reforma política que devemos produzir. Ela se deve dirigir ao interesse social de consolidar as instituições e a democracia no nosso país. Essa é a visão que devemos ter.

Há uma Comissão de Reforma Política funcionando na Câmara dos Deputados, que tem como referência a PEC nº 352/2003, constituída e formatada por um grupo de trabalho que funcionou na Câmara dos Deputados. Essa é a base. Recebeu dezenas de emendas e a comissão terá até a metade do mês de maio para apresentar um parecer a respeito dessa PEC.

Deliberou-se, na Câmara dos Deputados, que trataremos de todos os temas envolvendo a reforma política: temas constitucionais, que são objetos próprios dessa comissão e temas infraconstitucionais, que serão tratados por um grupo formado pelos mesmos membros da Comissão Especial da Reforma Política. Decidiu-se, também, fazer audiências públicas, nos mais diversos lugares do Brasil, para mobilizar a sociedade.

Em relação aos temas infraconstitucionais há uma compreensão que devemos tomar como referência à proposta apresentada pela coalizão da sociedade civil, liderada pela OAB, CNBB, UNE, CUT, centrais sindicais, movimento em defesa de eleições limpas no País. É uma coalizão com mais de 140 entidades, que faz tramitar um projeto, ratificado por vários parlamentares na Casa, e busca assinaturas para essa proposição se transformar em proposição de iniciativa popular. Esses dois projetos, a

PEC nº 352 e o projeto da coalizão, no que diz respeito às matérias infraconstitucionais, serão as referências para receber emendas e referenciar o debate.

Portanto, penso que desse debate produziremos uma mudança na estrutura política e eleitoral no País. É inadiável! Não dá para essa comissão concluir os seus trabalhos sem apresentar uma proposição. Por isso, a realização desse seminário, para colher sugestões; para ouvir opiniões; para que o resultado desse processo seja fruto desse amplo debate. A melhor reforma é aquela que corresponder mais ao interesse social e que aprofundar, naturalmente, o processo democrático brasileiro.

São muitas as mazelas deste modelo. Não queremos, aqui, falar sobre elas, porque os expositores falarão no momento seguinte. O fato de termos um debate, uma necessidade de produzir um resultado, por si só, não indica que esse resultado seja no sentido de avanços, mas pode ser no sentido de retrocessos, se não acompanharmos com o devido cuidado; com a devida atenção.

Concluindo, Fabrício, o meu tempo está se esgotando. Todos vão para a necessidade de alterar o sistema de financiamento. Na minha opinião, esse é um ponto central. É a coluna vertebral de qualquer reforma política. As ruas gritam pelo fim da corrupção. Temos que refletir, qual a matriz geradora desse ambiente de corrupção? Ter financiamento empresarial no volume que tem, é algo, absolutamente, incompatível com o processo democrático e fortalecimento dos partidos políticos e da participação popular. Já começa uma exclusão por aí.

O resultado é que temos hoje, segundo os analistas, um Congresso Nacional com a eleição mais cara da história do País. Tem mais ricos do que nunca! A composição é de gente rica, e dizem os analistas, um Congresso mais conservador. É o resultado desse processo. O financiamento empresarial das campanhas eleitorais – Elmar Nascimento chegou e deve ser convidado para Mesa, porque é membro da Comissão da Reforma Política. O financiamento empresarial leva certas empresas a “doarem”, entre aspas, 361 milhões na última campanha. Se pegarmos as dez que mais contribuem, correspondem a um percentual elevadíssimo, à maioria dos financiamentos. E sabemos que a intenção não é doar, é investir. Este é o elemento central, qual o modelo? A coalizão tem uma proposição sobre o assunto: financiamento público e alguma possibilidade do financiamento individual limitado, que limite as campanhas eleitorais, elas devem ter. Então, financiamento é um dos temas centrais.

Sistema eleitoral é outro debate intenso. Qual o modelo também? Imaginamos que este é um debate central. A proposta da PEC fala sobre um modelo de pequenas circunscrições, cada Estado seria dividido em circunscrições de quatro a sete parlamentares em pequenos distritos que seriam eleitos ali, pelo sistema proporcional que está em curso.

A proposta distrital, acho com pouco prestígio na Casa, mas há um debate sobre isso. Há um distrital misto, que é um modelo do sistema alemão: metade pelo voto majoritário do distrito, metade pelo proporcional. E há a proposta do chamado distritão, que é o voto majoritário, e aí serão eleitos nos Estados aqueles que tiverem

a maior quantidade de votos até preencherem todas as vagas.

Há um debate intenso sobre o sistema eleitoral, muita discussão a respeito da contenção da organização partidária, cláusula de barreira, do fim das coligações. O Senado inclusive aprovou duas proposições com esse conteúdo, o qual irá naturalmente para a Câmara. É um debate importante que temos de fazer e ele até leva para um outro, do ponto de vista da constitucionalidade. Esse é um outro tema de debates intensos que estão sendo feitos na Comissão e devem ser feitos também na sociedade. E existe um debate sobre o interesse da incidência da eleição, o fim da reeleição no País, a eleição de senador, enfim, toda essa discussão que interessa aos municípios, às Assembleias Legislativas e a toda a sociedade brasileira. E que vai constituindo-se num entendimento de que é preciso ter eleições, mas será bom se pudermos dar ao Executivo a oportunidade de ter um tempo mais longo para o exercício das suas atividades, sem essa interrupção que se faz a cada dois anos no processo eleitoral.

Portanto, são temas variados. Queríamos agradecer a oportunidade de este debate ser feito na Assembleia Legislativa da Bahia para colhermos as opiniões, as sugestões, a manifestação de cada setor a respeito das discussões. E nós do Colegiado, naturalmente, levaremos para o debate lá na Comissão Especial as sugestões produzidas aqui neste. O relator Marcelo Castro tem sido muito aberto. Ele tem manifestado uma opinião, mas também tem dito que nós devemos apresentar um relatório que corresponda à opinião da sociedade e da maioria dos membros da Comissão, para que possamos ter algo que seja viável ser aprovado no Congresso. Vocês sabem, mudar a Constituição depende de 3/5 daquela Casa e de Lei Ordinária, além da maioria. No caso específico, a maioria absoluta. Seria, portanto, um esforço em ter algo que representasse uma convergência e pelo menos alcançasse a possibilidade de ser votado.

Marcelo Castro informa, deputado Fabrício, que fez uma pesquisa na Câmara dos Deputados, e nenhum dos temas alcançou maioria. Então, foi feita entre os deputados. Quem é contra o financiamento público é a favor do fim das coligações, enfim, e vice-versa. Mas nenhum tema alcançou maioria.

Portanto, este debate na sociedade é muito importante para convergirmos em torno de temas que possam efetivamente resultar numa reforma política democrática que garanta eleições transparentes, democráticas e livres, assegurando assim maior participação da sociedade civil.

Obrigado pela oportunidade, e vamos ao debate.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de registrar a presença dos deputados estaduais Bobô, Euclides Fernandes e Neusa Cadore.

Convido o ex-deputado estadual, hoje federal Elmar Nascimento, também membro da Comissão da Reforma Política, para fazer parte da Mesa.

Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, a nobre deputada Moema Gramacho.

A Sr^a MOEMA GRAMACHO:- Inicialmente bom-dia a todos, como sempre faço agradecendo a Deus por este momento. Quero dizer que é sempre um prazer voltar a esta Casa, onde tive a oportunidade de partilhar e compartilharneste microfone, por 8 anos, de grandes companhias e colegas. Muitos de nós viramos amigos. Portanto, realmente é um prazer estar de volta.

Cumprimento o nobre deputado Fabrício, também proponente desta sessão especial, assim como aos outros parlamentares do PCdoB, e também a todos os outros atuais deputados estaduais da Bahia, além dos nossos colegas ex-deputados desta Casa.

Quero cumprimentar o deputado Daniel Almeida e assim cumprimento igualmente a todos os membros da nossa Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. Agradeço imensamente a presença de todos. São seis baianos que compõem o Colegiado. Só não temos aqui agora o deputado Uldurico, que provavelmente deve estar deslocando-separa cá. Quero cumprimentar ainda Alice Portugal, deputada que também tem sido o meu espelho, além dos deputados do Partido dos Trabalhadores, para a minha atuação naquela Casa.

Cumprimento o deputado Marcelo Nilo, presidente deste Poder, que esteve no Plenário fazendo a abertura do nosso evento, e digo que nós lhe agradecemos muito por ele ter sido aceito de pronto, nesta parceria entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa da Bahia, para proporcionar um debate desta qualidade e de tamanha importância como este sobre a reforma política.

Quero cumprimentar agora as representações de todos os movimentos sociais aqui presentes, como o movimento das mulheres, o sindical dos trabalhadores, os de bairros. Faço-o cumprimentando Carlos Moura e parabenizando a coalizão que reuniu todas estas entidades. São 100 que a compõem.

Aproveito para mostrar este livro, o livro que faz um resumo das proposições construídas ao longo de muitas audiências e debates. Estão compondo-o a CNBB, a OAB, o MCCE, movimentos que têm trabalhado e feito propostas. Ele tem virado o meu livro de cabeceira. Aconselho a todos a se debruçar sobre o seu texto, que está muito enriquecedor. Não necessariamente podemos concordar com todas as propostas que aqui estão, mas existe um consenso na maioria delas, e nós temos trabalhado muito isso.

Quero também cumprimentar os representantes da Justiça e do Ministério Público, dizendo o quanto será importante contar com a participação e a contribuição desses órgãos nesse processo de construção. Cumprimento igualmente a todos os companheiros e companheiras que, numa segunda feira pela manhã, deixaram os seus afazeres para estar aqui.

Assim como fez o deputado Daniel, queria dizer que estou muito preocupada. E preocupada porque acho... Quero começar pelo final, que é fazendo um convite. Convido a todos os representantes da sociedade a ocupar o Congresso

Nacional para aprovarmos a reforma política, porque se não corremos o risco de mais uma vez não a termos aprovada ou então, termos uma pior do que está. Se depender da maioria do Congresso Nacional, mais especificamente da Câmara dos Deputados, temos hoje uma das Casas mais conservadoras que já houve na nossa história. Uma Câmara em que o presidente chega dizendo que, enquanto ele for presidente, não se discute aborto nem homossexualismo. Já dá para sentir qual é o cunho da participação da presidência da Câmara no contexto da reforma política; uma Câmara em que todos vulgarmente chamam de BBB, a Câmara do “boi, da Bíblia e da bala”.

Então, é essa Câmara que vai aprovar a reforma política? Essa Câmara só vai aprovar uma reforma política à luz dos nossos anseios, os anseios da população, se o povo fizer o que fez ontem, ocupar as ruas, ocupar a Câmara com argumento, com proposição e pressão social. Não temos dúvida disso.

São muitos os temas em discussão, são muitos os interesses. Quero deixar claro que sou do Partido dos Trabalhadores e estou lá com a minha opinião, a opinião do meu partido, que não está fechado em todos os pontos, mas não estou lá necessariamente para fazer passar a minha opinião ou do meu partido. Considero que essa reforma política tem que ouvir todas as propostas, buscar os consensos e as divergências. Precisamos discutir exaustivamente, a fim de criar propostas e alternativas que efetivamente reflitam os anseios do que precisamos para moralizar, para passar a limpo o País e garantir uma representatividade nos espaços Legislativos, diferente do que ocorre hoje.

Não dá mais, deputada Alice Portugal – e V.Ex^a faz isso brilhantemente –, para ter mais de 50% da população de mulheres e sermos menos de 10% nos Legislativos. (Palmas.) De termos sub-representações, não qualitativas, mas quantitativas de homossexuais, negros, pobres e de mulheres nos espaços legislativos.

Já passou o prazo das emendas na Comissão, mas conseguimos – eram necessárias 171 assinaturas –, suamos muito mas conseguimos. Demos entrada em uma emenda que garante 50% de mulheres nas vagas, começando por 30% e crescendo 5% a cada ano, a cada mandato, para que possamos, dentro de 20 anos, chegar a 50% das vagas nos Legislativos.

Vejam bem, isso é o mínimo, não significa dizer que temos de esperar 20 anos e que não comecemos até com mais, se conseguirmos fazer com que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de participação nos processos eleitorais.

Daí vem outro tema, porque isso só não basta. É preciso que definitivamente sepultemos o financiamento empresarial de campanhas, porque não é a única forma de corrupção, mas é um dos fatores. Com o financiamento empresarial, salvo raríssimas exceções, fica instalada a troca de favores.

Não podemos deixar que a PEC... Também não vou achar aqui que a presidência da Casa pensou que agora era a forma de fazer reforma política e constituiria uma comissão para fazer a reforma política ampla, geral e irrestrita, porque o início da construção da comissão foi para discutir essa PEC. Pois bem, essa PEC era a constitucionalização do financiamento empresarial.

Se não acordássemos, se os deputados Henrique Fontana, Benito Gama, que também faz parte conosco dessa Comissão, e os demais deputados não disséssemos dentro da Comissão que não queríamos só discutir essa PEC, que queríamos discutir também os projetos de lei, não teríamos conseguido que fosse criada outra comissão com esse objetivo, aproveitando os mesmos membros, para que pudéssemos não só discutir essa PEC, mas, ao discuti-la, discutir também projetos e a reforma política.

Entretanto não podemos pensar que será tão simples. Precisamos ficar atentos a isso. E nesse contexto em que a Comissão poderá discutir os projetos e essa PEC, poderemos discutir tantas e tantas questões que são diretamente relacionadas à vida das pessoas que ainda não acordaram para a questão da reforma política, haja vista a presença hoje aqui.

Quero parabenizar todos os que estão aqui. Todavia, se tratando de reforma política, essas Galerias deveriam estar lotadas com o povo, para que pudessem acompanhar e participar. O problema é que o povo ainda não sabe efetivamente o que significa a reforma política para a vida deles. Não sabe, por exemplo, que estamos defendendo o fim da reeleição e a coincidência de mandatos – muitos defendem isso. Precisa saber se terá mandato tampão ou não, se os mandatos atuais vão poder ser reeleitos, participar da reeleição ou não... Uma coisa já sabemos, porque o ministro Toffoli esteve na comissão e já disse que “não há possibilidade de prorrogação dos mandatos atuais.” Se não há possibilidade de prorrogação dos mandatos atuais, então deve estar todo mundo com “as barbas de molho” já se preocupando se se vai poder passar para 2016, já que não vale reeleição. Os prefeitos atuais já devem estar preocupados querendo saber como é que fica, se vão poder ou não participar do processo de reeleição. Então, tem muita coisa que vai mexer com a vida dos munícipes, com a vida do povo. E nós precisamos alertar.

É preciso que tenhamos mais gente envolvida. Precisamos travar um debate nas redes sociais, já finalizando, Sr. Presidente, porque esse debate é enriquecedor, porque queremos ouvir os que aqui vieram, tanto os representantes das entidades quanto os que estão no plenário. Precisamos fazer um grande debate nas redes sociais. Seria tão interessante se a gente pudesse contar com a Rede Globo e com os outros meios de comunicação para fazerem um debate sobre a reforma política, como eles fizeram o convite para as manifestações de ontem e como monitoraram essas manifestações. A Globo parou sua programação para transmitir a manifestação! (Palmas.) Ótimo. Queremos que faça isso também para a discussão da reforma política para que posamos envolver nossa população no debate dessa reforma.

Poderemos discutir aqui uma série de questões: coligação proporcional, não proporcional; mantém, não mantém; ampliação do tempo de mandato ou não; lista fechadas, listas abertas; sistemas os mais diversos; há quem defenda distrital, há quem defenda distrital misto, há quem defenda só distrital. Tem tanta coisa que precisa ser discutida e a população está passando ao largo disso.

Eu queria, finalizando, conclamar todos para que possamos efetivamente promover esse debate nas universidades, nas escolas, nos bairros onde a gente vive e

onde tivermos condição de promover esse debate.

Quero dizer que ouvi as vozes das ruas de ontem. Não me posso calar e não tecer um comentário aqui, já que estamos tratando de reforma política. Os governantes e os políticos precisam ouvir. O junho de 2013 já apontava a falta de credibilidade da política e dos políticos. Ontem, mais uma vez, isso ficou reforçado. É preciso, efetivamente, que se faça uma transformação neste País. Mas é bom que se diga: das placas que vi, não as vi defendendo as políticas sociais. Não vi uma placa defendendo a manutenção do bolsa família; a manutenção do Minha Casa minha Vida nem manutenção dos direitos dos trabalhadores (Palmas.), com raríssimas exceções. E é bom que se diga: nem Dilma nem o PT inventaram a corrupção no Brasil. É bom que se diga que hoje estamos vendo empresários sendo presos. É bom que se diga que esta Casa Legislativa e a Bahia tinham uma cultura de subir a esta tribuna ou de falar em ACM porque ele roubava mas fazia. Era o discurso comum. A OAS significava “obras arranjadas pelo sogro”. E isso era voz comum. Portanto...

Não que eu concorde que tenhamos que nivelar por baixo. Mas acho que atire a primeira pedra o Estado ou câmaras de vereadores que podem atirar a primeira pedra dizendo que estão completamente livres de qualquer processo de corrupção. Até porque o conceito de corrupção é muito subjetivo. Muito subjetivo. Tem uns que acham que troca de favor não é corrupção.

Então, nós precisamos combater a corrupção. Nós precisamos fazer com que a reforma política sirva para isso, mas não necessariamente trocar de governantes. Nós precisamos é de todo um trabalho de concepção, de mudança de cultura, de educação e, no processo eleitoral, de regras preestabelecidas e de fiscalização, porque não vai adiantar passar financiamento público, que é o que defendo, de campanha. Também admitindo pessoas físicas, se a gente não fizer uma discussão sobre como é que se pode dar a campanha, quanto tempo ela vai levar e o fim daquelas placas insuportáveis nas ruas, que ninguém aguenta mais, e, efetivamente, ter um controle e fiscalização sobre os gastos de campanha que não necessariamente vamos moralizar completamente só com o financiamento público.

Finalizo cumprimentando a nossa presidenta da UPB, companheira Maria Quitéria, e dizendo que vamos colocar as nossas prefeituras para fazer essa discussão também nas nossas cidades.

Um grande abraço e estejam todos convidados a construir a reforma política do povo brasileiro.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro a presença do deputado federal Davidson Magalhães, do deputado federal Jorge Solla, do deputado estadual Alex Lima, da ex-deputada estadual Kelly Magalhães, do ex-deputado estadual Zé das Virgens, do ex-deputado federal Amauri Teixeira, dos vereadores de Vitória da Conquista Anderson Ribeiro, Libarino e Nelson de Vivi.

Passo a palavra ao deputado federal Arthur Maia, também participante da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ARTHUR MAIA:- Caro presidente, deputado Fabrício Falcão, caros colegas deputados federais, deputados estaduais, advogados aqui presentes, Ordem dos Advogados do Brasil, advogados militantes, Vandilson, meu conterrâneo, quero saudar as entidades que estão aqui, prometo que vou falar exclusivamente sobre reforma política.

Quero dizer que esse tema é muito difícil para debater no meio político, porque todos nós, que disputamos eleição, nos consideramos, até com certa razão, especialistas no assunto. Então, cada um traz consigo o caldo histórico da sua própria vida, das eleições que disputou, das dificuldades que enfrentou, e isso naturalmente o coloca em uma condição de ser um grande conhecedor da lei eleitoral e do processo eleitoral.

Mas, por outro lado, é inegável que também tenhamos de observar o legislador, como observar o juiz, o executivo, sob a ótica das suas circunstâncias. E sabemos que o legislador que vai fazer a reforma política também não fará uma lei que seja contra a sua própria perspectiva. Dentro dessa ótica é que temos de reconhecer que a reforma política é extremamente complexa, e daí as várias tentativas que foram feitas até hoje de que fosse efetivamente aprovada e até hoje não temos logrado êxito nesse intento.

Eu, pessoalmente, tenho uma ideia absolutamente firme em relação a esse momento que estamos vivendo. Se não conseguirmos, apesar das pressões das ruas, apesar das dificuldades e do absurdo que foi o custo dessa última eleição, se não conseguirmos agora aprovar a reforma política, eu passarei a defender uma tese a qual sempre neguei, que é convocarmos uma assembleia nacional constituinte exclusivamente para apreciar a reforma política, porque na Constituinte todas as questões serão definidas por maioria simples, enquanto que a reforma política, como estamos fazendo agora, por se tratar, em grande parte de temas constitucionais, requer que sejam votados com 3/5, ou 308 parlamentares, o que é realmente muito complexo.

Quero dizer a vocês que, na minha cabeça, a reforma política colima atingir a apenas dois pontos. O primeiro deles é diminuir os custos de campanha, porque sem dúvida esses altos custos de campanha estão desmerecendo a democracia, estão trazendo para o Brasil a cada eleição novos escândalos de corrupção, foi mensalão, agora é o petróleo, e, se não mudar, acontecerão novos escândalos políticos.

E o segundo tema é o fortalecimento das instituições partidárias, porque no Brasil não podemos conviver com essa pluralidade de partidos.

Em relação aos custos, acho que há pontos objetivos que temos que incorporar na reforma. Por exemplo, o tempo de campanha. Hoje, temos no Brasil uma campanha de três meses, que é extremamente disputada com participação municipal, estadual, e isso sem dúvida pode ser reduzido, a meu ver, para a metade do tempo. Acho que poderemos ter uma campanha de 45 dias sem nenhum prejuízo

para que as pessoas exponham seu ponto de vista, defendam suas ideias, debata a sua eleição e portanto, aí já seria uma redução considerável no custo de campanha.

Segundo, eu defendo que haja uma igualdade na eleição. Perdão, defendo que haja uma coincidência de mandatos na eleição, ou seja, que tenhamos uma eleição que vá de presidente da República a vereador, porque, no Brasil, estamos parecendo de uma overdose de eleições. Ano sim, ano não temos uma eleição. Eu saí de uma eleição, agora, em outubro, e, no domingo que vem, já sou chamado a ir aos meus municípios. Chegando lá, as pessoas querem discutir a eleição do ano que vem! Isso, sem dúvida, transforma o nosso programa eleitoral em algo permanente. Nós vivemos numa permanente eleição, porque sai de uma e já entra em outra. Portanto, eu sou a favor da coincidência de mandatos, porque, além de outras coisas, diminuiria drasticamente o custo da eleição.

Terceiro, temos de limitar gastos. Hoje, no Brasil, você é que diz o quanto vai gastar. Você pode gastar 100, 200, 300 milhões de reais, ou quanto for! Isso não é justo, e é necessário fazer uma limitação. Isso pode ser feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Congresso Nacional ou por quem quer que seja, mas precisamos de uma instância que diga: olha, o limite máximo para o gasto eleitoral é esse, e acabou! Isso, sem dúvida, não vai permitir que uma empresa como a Friboi tenha feito uma doação de campanha, na última eleição de 2014, de cerca de R\$ 350 milhões. Essa foi a maior doação que uma empresa já fez em toda a história da civilização. Não existe uma coisa dessa! Nós temos de definir um limite básico para o gasto de campanha.

Outro ponto que, certamente, diminuirá o custo e também impedirá que os empresários comprem – eles, pessoalmente, os candidatos – uma vaga no Congresso Nacional... Hoje, se você tem uma empresa, há uma certa limitação para doar, de acordo com o percentual do seu faturamento. Acontece que, no caso dos empresários, isso não acontece. Do seu dinheiro você pode gastar o quanto quiser! Se o sujeito tem uma fortuna de R\$ 100 milhões e quer torrar todo esse dinheiro na campanha, hoje, isso é possível. Isso é um absurdo, e, certamente, também deveremos fazer uma norma que restrinja esse tipo de custo.

Mais uma coisa que diminuirá os custos de campanha: mudar o formato da publicidade. Moema Gramacho falou, aqui, das placas, e eu também acho que estamos vivendo uma contaminação visual durante as eleições. Sem dúvida, essas placas também representam um custo excessivo, bem como os programas de televisão, onde temos visto os candidatos, a cada dia, inventarem uma nova pirotecnia, através de métodos de computação gráfica, de música, de jingles e de arte visual, que encarece consideravelmente as eleições. Temos que acabar com isso!

Eu não quero a Lei Falcão, que colocava o retrato do candidato, mas tenho de botar a minha cara lá e dizer: olha, eu penso, isso, isso e aquilo! Alice Portugal tem de botar a cara dela e falar: olha, eu penso isso! E acabou! Deixa o povo julgar! Não vai ser a pirotecnia da cor, da criatividade do marqueteiro... É claro que aí Alice leva uma vantagem enorme sobre mim, mas tudo bem, faz parte! De qualquer maneira, não será a criatividade de maquiagem do marqueteiro que vai trazer uma definição

em desfavor da democracia. Então, penso que outra forma de diminuir o custo é mudarmos o formato da publicidade, hoje.

Outra questão dos dois pontos que eu falei – a primeira foi diminuir custos – a segunda é fortalecer os partidos. Aí eu começo com um dilema, porque vejo na Mesa dois grandes deputados, Alice Portugal e Daniel Almeida, que fazem parte de um partido pequeno, o PCdoB. O drama que estamos vivendo, hoje, na Câmara dos Deputados é ter, deputado Bobô, 28 partidos representados. Na legislatura passada, tínhamos 22 e, agora, temos 28.

Na condição de líder do Solidariedade, sento numa mesa que vai daqui até lá onde está aquela filmadora, é uma mesa enorme e que, a cada dia, cresce mais, porque tem lá o representante do PMDB, partido que tem 70 deputados, e lá na ponta tem um que só tem um deputado, mas está sentado na mesa de líderes.

Ora, num sistema presidencialista essa quantidade exacerbada de partidos só existe no Brasil. Nós temos uma pluralidade de partidos em sistemas parlamentaristas, onde, depois da eleição, forma-se uma coalizão para governar quatro anos. Mas, no sistema presidencialista, é absolutamente impraticável que tenhamos uma quantidade de partidos como essa. Isso, sem dúvida, fragiliza a democracia, porque impõe ao presidente da República a necessidade de compor uma maioria e se submeter a grandes dificuldades, porque sabemos que, realmente, a composição parlamentar no âmbito do Congresso Nacional não é fácil.

Entretanto, sabemos que existem partidos pequenos que foram criados por uma circunstância e que precisam acabar. E existem partidos pequenos que têm uma vida histórica ideológica, programática, como no caso do PCdoB. E isso cria uma dificuldade que teremos superar no debate para fazer essa distinção.

Para terminar, Sr. Presidente, dizer que dentro dessa lógica de fortalecimento dos partidos políticos, quero, aqui, manifestar a minha absoluta oposição a essa proposta do vice-presidente da República, Michel Temer, do distritão. Aqui, na Bahia, são 39 deputados federais, os 39 mais votados entram. Isso destrói qualquer perspectiva que possamos ter de construção de partido político, porque, hoje, de qualquer forma, ainda que com todas as dificuldades, sabemos que as pessoas se agrupam no partido político, porque ali se constrói as legendas proporcionais capazes de fazer as bancadas, mas a individualização da eleição na base do majoritário, cada um vai construir a sua igreja e teremos em breve cada deputado em um partido político, o que é, realmente, uma lástima, uma tragédia para qualquer expectativa de fortalecimento partidário.

Pessoalmente, estava até comentando isso, agora, com Daniel, ali, na Mesa. Eu tenho visto, no âmbito da comissão, ganhar força cada vez mais esse sistema chamado alemão, que é um sistema misto, onde temos as circunscrições eleitorais. Falam até da diferença, deputado Amaury, de circunscrição e distrito, porque distrito só elege um parlamentar. As circunscrições seriam regiões, por exemplo, a Região Sudoeste. De acordo com o seu eleitorado, vai eleger três, quatro ou cinco deputados. Salvador e Região Metropolitana, pelo seu eleitorado, vai eleger 12 ou 15 deputados.

Então, teríamos eleições regionais e o candidato tanto pode concorrer no âmbito da sua circunscrição como pode concorrer, também, na lista, porque o grande problema dessa circunscrição e do distrito é eliminar da vida pública grandes figuras que não têm um reduto.

Ulisses Guimarães foi, sem dúvida, o parlamentar mais festejado dessa nova república. Ulisses, homem que era votado em municípios com 500 votos, com 200 votos, com 1.000 votos para fazer a eleição dele, não tinha distrito, não tinha um reduto.

Então, esses nomes nacionais ficariam privilegiados também por essa possibilidade mista de ter o distrito e ter a lista numa combinação que permite um retrato mais exato da democracia e do perfil do eleitorado.

Desculpe-me, presidente, pelo tempo, já estou encerrando. Mas quero parabenizá-lo, deputado Fabrício, por essa iniciativa e dizer que, realmente, acredito que faremos a reforma política.

Vou ter que sair, porque sou relator de uma lei importante, a de proteção ao trabalhador terceirizado. Deveremos votar essa lei no mês que vem. Estou indo a São Paulo para um encontro com as centrais sindicais, às 15 horas. Então, não vou poder continuar na Mesa, vou ficar somente mais um pouquinho.

Então, parabéns a todos, e tenho certeza que em debates como esse, certamente, conseguiremos construir uma reforma política decente e que qualifique a democracia brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero registrar a presença do ex-secretário do Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia, Prof. Nilton Vasconcelos; registrar a presença de Naide Brito, vereadora de Lauro de Freitas; Selma Freitas, vereadora de Irecê; Elio da Silva, vereador de Pedrão; Daniel Araújo, vereador de Irecê; Rogério Amorim, vereador de Irecê; Joaci Matias, vereador de Irecê; Paschoal Martins, vereador de Irecê; Celso Antônio, vereador de Irecê; Erivan Ribeiro, vereador de Itagibá; Milton Nascimento, vereador de Itagibá; Domingos, prefeito de São Domingos; Alessandro, vereador de Itagibá; Mirela, vereadora de Lauro de Freitas; Rosalvo, vereador e presidente da Câmara de Lauro de Freitas; Vânia Galvão, vereadora, do PT, do Município de Salvador; Renan, prefeito de Canarana.

Convido o Sr. Luiz Viana, presidente da OAB, para falar, pelo tempo de até 5 minutos. (Palmas.)

O Sr. LUIZ VIANA:- Bom-dia a todos, Sr. Presidente em exercício, Fabrício Falcão, em nome de quem saúdo a todos que estão na Mesa, todos os deputados federais, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, amigos, colegas advogados que estão aqui presentes.

Em primeiro lugar a OAB agradece ao convite para estar aqui com vocês. Farei uma manifestação muito rápida para explicar como surgiu e do que se trata a coalizão para a reforma democrática.

Quando foi feito o projeto de iniciativa popular para reforma da lei das inelegibilidades, foi criado um conjunto de entidades que trabalharam para apresentação do anteprojeto que acabou se tornando projeto de lei e alterou a lei complementar 6490. Após a realização desse trabalho esse conjunto de entidades, conjunto no qual está a OAB, CNBB, Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral, continuou trabalhando para apresentar uma proposta mais ampla.

Vieram as marchas de 2013 e naquele momento de crise, digamos assim, de discussão do que fazer, aquele conjunto de entidades já estava avançando uma proposta de reforma política e acelerou o passo e apresentou, em 2013, um manifesto com um anteprojeto de legislação eleitoral e política e começou a coletar assinaturas.

Lerei rapidamente o manifesto. Vou sugerir, porque não vou ler todo o projeto, é muito grande, àqueles que tiver interesse para consultar o site da OAB – WWW.OAB.org.br, que é site do Conselho Federal da OAB, tem um link, reforma democrática, é só entrar, e é fácil de baixar o manifesto, é fácil de baixar o próprio projeto de lei e, portanto, não vou entrar em minúcias acerca do projeto, vou apenas ler, daquele manifesto, naquele momento, os itens fundamentais que respaldam o anteprojeto que foi elaborado.

“Instauração do financiamento público para as campanhas eleitorais”, que na verdade não é exclusivamente público, a proposta é que haja financiamento público, mas que os cidadãos, individualmente, possam fazer doações de campanhas limitadas, àquela época, 2013, se propôs um teto de R\$ 700,00, por exemplo, mais o fim do financiamento privado, sobretudo de empresas. A partir dali a OAB ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade que está em discussão no Supremo, já houve uma maioria para declaração da inconstitucionalidade, houve um pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes e não voltou ao Plenário para declarar inconstitucionalidade do financiamento a partir de pessoa jurídica, vai completar um ano. A OAB fez, inclusive, uma manifestação recente dizendo que o pedido de vista não pode ser um veto individual de um ministro a algo que o Plenário, pela maioria, já aprovou.

“Extinção do sistema de votos dado ao candidato individualmente, como hoje é adotado para as eleições de vereador, deputado estadual e federal e em seu lugar adoção do sistema eleitoral do voto dado em lista pré-ordenada, democraticamente formada pelos partidos e submetidas a dois turnos de votação, constituindo o sistema denominado voto transparente, pelo qual o eleitor vota, inicialmente, no partido e posteriormente escolhe, individualmente, um dos nomes da lista.

Garantia da alternância de gênero nas listas mencionadas no item anterior”, hoje já evoluiu para uma sugestão de paridade de gênero nas listas.

Modificação da legislação para fortalecer os partidos para democratizar suas instâncias decisórias, especialmente a formação de listas pré-ordenadas para programas partidários efetivos e vinculantes para assegurar a fidelidade partidária,

para considerar o mandato como pertencente ao partido e não ao mandatário.

Criação de instrumentos eficazes voltados aos segmentos sub-representados da população, exemplificativamente: afrodescendentes e indígenas, com objetivo de estimular sua maior participação nas instâncias político-partidárias.

10 – Previsão de instrumentos eficazes para assegurar o amplo acesso aos meios de comunicação e impedir que propaganda eleitoral ilícita, direta ou indireta, interfira no equilíbrio do pleito, bem como garantias do pleno direito de resposta e acesso às redes sociais.

Então, esses são os dez itens básicos do projeto que está em discussão. Naquele momento, 2013, esse programa foi assinado por 112 entidades, encabeçadas pela CNBB. OAB, Comitê de Combate à Corrupção. Portanto, uma centena de entidades da sociedade civil.

Eu quero concluir falando duas coisas básicas para aproveitar a oportunidade, Srs. Deputados. Em primeiro lugar, cito Heráclito: “A natureza das coisas é não se esconder”. Eu acho que fica muito claro, e as pessoas precisam entender isso, que uma proposta de reforma política é, ao mesmo tempo, uma questão jurídica e uma questão política. Não é uma questão dos juristas. Essa é uma política e deve envolver não apenas os políticos, mas a sociedade. Aqueles que consideram – e acho que há alguns colegas com essa visão equivocada – que essa é uma questão política, estão absolutamente equivocados.

Essa é uma questão política que merece uma solução, uma proposta jurídica, porque precisa ter reforma constitucional, reforma da legislação. Mas, efetivamente, se não houver mobilização política dos partidos e da sociedade civil, essa reforma jamais acontecerá.

É por isso que a OAB está patrocinando e interessada nessa proposta que fez. Existem divergências internas na própria OAB, mas é natural que seja assim. Mas queremos participar do debate, levar o debate e sugerir, como fizemos em 2013, que o Congresso Nacional possa dar uma resposta efetiva, fazendo um diálogo com a sociedade.

Repetindo “que a natureza das coisas é não se esconder”, destaco que essa é uma reforma muito mais profunda do que apenas uma mudança legislativa, e isso vai mudar efetivamente na composição da sociedade política brasileira.

Não podia perder a oportunidade de responder, Artur, já que você se dirigiu a mim diretamente, pessoalmente, e também à OAB, mas quero falar em meu nome. Acho um equívoco uma Assembleia Constituinte limitada para fazer a reforma política, por algumas razões.

A primeira, por uma razão política. Qualquer eleição para uma Assembleia Constituinte vai reproduzir as mesmas forças reais do poder que estão no Congresso Nacional. Será o mesmo povo que vai votar na mesma composição. (Palmas.) Sei que tem a questão do quórum. Mas, se o Congresso Nacional foi eleito, ele tem legitimidade para fazer a reforma política. Quer dizer, retirar isso do Congresso,

parece-me um equívoco do ponto de vista da concepção política.

Por outro lado, instalada uma Assembleia Constituinte, ninguém segura mais. Você vai instalar uma Assembleia Constituinte limitada, mas ela, depois deixa de ser limitada. E hoje o Congresso Nacional só não pode mudar, com dois terços, as cláusulas pétreas. Na hora que você instalar uma Assembleia Constituinte, mesmo limitada, nada garante que as cláusulas pétreas não poderão ser atingidas.

Então, eu prefiro apostar que o Congresso Nacional vai ter sensibilidade para, dialogando com a sociedade, fazer alteração no seu texto, sem uma Assembleia Nacional Constituinte.

Quero terminar dizendo que não estou sozinho hoje aqui. A OAB da Bahia veio com as presenças do seu vice-presidente, Fabrício Castro; do presidente do Tribunal de Ética, Dr. Valdir Santos; do presidente da Comissão de Direitos Humanos, Eduardo Rodrigues; do presidente da Comissão da Reforma da Política, que estamos instalando hoje, Fabrício Bastos; de Vandilson Costa, que fará parte desta comissão, assim como Eduardo Rodrigues.

Portanto, estamos aqui para dizer que temos interesse na discussão. Temos uma proposta aberta à discussão, mas achamos fundamental não cometer o equívoco daquilo que aconteceu em 2013, quando não se obteve uma resposta do governo e do Congresso. Está acontecendo de novo, mas as circunstâncias são completamente diferentes. Não é possível fazer uma comparação direta das marchas de 2013 com as de ontem. Mas, evidentemente, tem uma insatisfação latente a se manifestar.

E isso, mais uma vez, não é um problema apenas dos governantes; é um problema deles também. Se não houver um diálogo, ninguém sabe o que pode acontecer.

Para concluir, não podia perder a oportunidade de falar que a OAB, ontem, esteve aberta para ajudar no que fosse preciso. Mas não foi preciso, graças a Deus, já que as manifestações foram pacíficas. Quero ainda dizer duas coisas. Primeiro, que ontem foi dia de manifestação democrática, e isso precisa ser comemorado. Mas também quero dizer que são inaceitáveis manifestações antidemocráticas. Não é aceitável suástica nas manifestações democráticas... (Palmas.)... não é aceitável proposta de intervenção militar... (Palmas.) Eu não estava nas ruas, estava na OAB, mas o que me chamou a atenção foi a presença de propostas democráticas aceitas lado a lado. Não que tenham pessoas com essas propostas, isso a gente sabe. Numa sociedade plural há essas propostas. O que me chamou a atenção foram essas propostas serem aceitas lado a lado por pessoas que não defendem a suástica nem a intervenção militar, tenho certeza.

Não poderia passar aqui sem dar esse recado e concluir, já que estamos na Bahia e na Assembleia Legislativa, citando o governador Mangabeira: “Os males da democracia se curam com mais democracia.”

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Arthur Maia:- Só para responder ao senhor, porque vou ter que sair.

Apenas para ficar claro, eu também sou e sempre fui contrário à convocação da Constituinte, como falei. O que não podemos ficar é permanentemente no impasse que já dura cinco mandatos, tentar fazer uma reforma e não conseguir. Mas concordo com o senhor de que realmente a Constituinte não é a solução.

Estou saindo, peço desculpas a todos mais uma vez. Até a próxima.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registro a presença do vereador de Itagibá, Paulo William; o chefe do gabinete da Sudesb, Gustavo Miranda; o diretor do Maurício Nassau, Vítor Castro; Sindpólvora, Manoel Carlos; da União de Negros, Cilene Assis; o diretor dos aposentados do Sindicato dos Rodoviários Cosme Pereira; a diretora do Sindicato dos Bancários da Bahia, Noly Fraga; da assessora da vereadora Aladilce, Cláudia Bezerra.

Convido para fazer parte da Mesa, Mariana Dias, presidente da UEB – Bahia. (Palmas.)

Convido para fazer uso da palavra o deputado Benito Gama pelo tempo de até 10 minutos, também participante da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O Sr. BENITO GAMA:- Sr. Presidente Fabrício Falcão, cumprimento V.Ex^a pela presidência neste momento e também pela convocação desse debate, aqui na Bahia, que considero da maior importância. Cumprimento também os deputados federais e os companheiros do Congresso Nacional, as deputadas Moema Gramacho e Alice Portugal, o deputado Jorge Solla, os deputados estaduais aqui presentes, os prefeitos e vice-prefeitos, os vereadores, as lideranças comunitárias, enfim a sociedade toda que está nesse debate. A Comissão Especial que trata da reforma política no Congresso Nacional está fazendo, sexta-feira última e hoje, em todo o Brasil, hoje especialmente em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Recife, São Luís e aqui na Bahia, em todo o país se discute o que queremos e precisamos fazer da reforma política que se discute no Congresso.

O tema reforma política no Brasil é discutido, pelo menos, há 25 anos. Neste momento está sob o ordenamento institucional que há hoje, após a Constituição de 1988. A cada quatro anos, esse é um tema recorrente no Congresso Nacional. Vem com propostas de mudanças e muita força por mudanças no processo político brasileiro. Numa democracia consolidada como é a do Brasil, precisamos criar as condições para saber quem escolher para ser os nossos representantes dos governos estaduais e municipais, do federal, dos vereadores, os deputados estaduais e federais. Acho isso fundamental e tão importante quanto às regras que existem e que precisam ser sempre melhoradas. A sociedade é muito dinâmica, tem evoluído muito, e é preciso saber quem vai representar o povo brasileiro.

E, no momento político, para saber como representar é que vem a reforma política, porque aí serão criados os critérios para se escolher, o que e como fazer para

se chegar às Assembleias Legislativas, ao Congresso Nacional, à eleição do presidente da República, à eleição dos governadores, enfim, dos representantes da sociedade, dos cargos que democraticamente precisam ser escolhidos.

O outro tema é por quanto tempo. Discute-se muito 4 anos, 5 anos, o mandato do presidente da República já foi de 6 anos, voltou para 4 com reeleição, já foi de 5 anos. E agora nós estamos num momento importante. E o que, realmente, podemos dizer nesse momento é que não dá para continuar com o processo político-eleitoral como o último que aconteceu, porque a cada ano ele se agrava, a cada ano, ele se complica e temos várias vertentes que precisam ser, algumas melhoradas, outras abortadas, inclusive há outras novas que precisam ser inseridas no processo de seleção.

Hoje, na Comissão da Reforma Política, temos alguns pontos, o deputado Daniel Almeida citou bem, e Luiz Viana, presidente da OAB, colocou com muita propriedade. Eu queria “itemizar”, porque depois do debate hoje, estamos aqui mais ouvir do que para, mas para ouvir eu preciso também dar um pouco do que está sendo discutido lá no Congresso Nacional.

Eu queria “itemizar” aqui 3 ou 4 pontos importantes para, realmente, entrarmos nessa discussão.

O primeiro é com relação ao voto distrital e ao voto proporcional. Hoje, não há um consenso, mas uma evolução muito grande no Congresso para se acabar com as coligações. O Senado, inclusive, já aprovou a extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Então, para valorizar o partido, cada partido vai mostrar a sua força, para mostrar ao seu eleitor o seu pensamento, o seu discurso.

Mas o voto distritão, que hoje há um consenso, não diria que há uma maioria para se aprovar, mas de todas as propostas, hoje, há um consenso que é a eleição dos mais votados em cada Estado, em cada município. Aqui na Bahia, por exemplo, os 63 deputados estaduais mais votados seriam eleitos, dos federais 39 seriam eleitos e, em cada município, pela ordem decrescente dos votos. Essa não sei se é a melhor proposta, não sei se é o melhor princípio, mas me parece que, na prática, dentre todas as que nos temos hoje penso que é a mais palatável, a que se pode chegar a uma conclusão.

Então o voto distritão, na minha opinião, e eu apoio esse voto, precisa ser o voto com uma cláusula de barreira, porque aí você pode ter 2% dos votos nacionais em 9 estados como era a regra de barreira anterior, pode ir crescendo 1% a cada ano, e em 4 ou 5 eleições você chegaria a 5% com uma representação razoável para uma cláusula de barreira.

Então seria muito importante sair daqui hoje com a opinião dos senhores sobre o voto distritão porque essa é a verdade eleitoral, boa ou ruim é a verdade eleitoral, os mais votados é que representarão os seus eleitores.

Com isso, discutiu-se muito que o voto distrital pode até ser uma solução razoável, mas é muito complexo e complicado para se definir os distritos. Aqui em Salvador, por exemplo, teria que ser um distrito todo na capital, não dá para dividir o

município, o distrito, por bairros porque, evidentemente, você teria que ter um distritão na capital. Aí já seria uma deturpação do princípio do voto distrital.

Outro ponto que é fundamental é a coincidência de mandatos. A eleição a cada 2 anos no Brasil está muito complexa, ela é cara, muito complexa, complicada. A coincidência de mandatos está caminhando para se fazer a cada 4 anos a coincidência. E com relação à eleição de prefeitos, na próxima eleição de 2016 ela seria para 2018 de 2 anos e uma reeleição para 4 anos anos, ou uma eleição de 2016 para 6 anos. A prorrogação de mandato, infelizmente, ou felizmente, não posso avaliar também isso, o próprio Supremo Tribunal coloca isso como cláusula pétrea e se o Congresso aprovar será derrubada no Supremo Tribunal. Já há sondagem dos ministros que a prorrogação não será o caminho, até porque as prorrogações que aconteceram no Brasil foram no Regime Militar, que todo mundo condena, todo mundo rejeita. E puxar um resíduo daquele regime é muito complicado, é muito complexo, e até não seria democrático esse tipo de trabalho.

A coincidência de mandatos dos deputados federais, estaduais, prefeitos e governadores com quatro anos. Em relação ao presidente da República, penso que deveria ter um mandato diferenciado. Acabar a reeleição e termos um mandato de cinco anos descolado das eleições de governadores, prefeitos e deputados. Porque a eleição de presidente da República é uma eleição nacional, ela sai da paróquia, sai do nosso estado, sai do nosso município e passa para um contexto maior. E é preciso, realmente, que se trate isso como um país, como uma nação. O momento de um estado, o momento de um município, a crise de um prefeito, a crise de um governador, pode contaminar a favor ou contra uma eleição presidencial. Então, a coincidência de mandatos, penso que tinha que excluir a presidência da República para ficarmos livres para saber, através do debate, quem seria o melhor candidato, o melhor presidente.

A reeleição. Há um consenso, também, para concluir esse processo, esse período. É uma iniciativa até favorável, na época gostei muito, até votei a favor, mas só para presidente da República. Quando colocou governador e prefeito deturpou um pouco e misturou esse processo de reeleição, de discussão política e, hoje, penso que é o momento, é a hora de se acabar com essa questão da reeleição.

Financiamento público de campanha, esse é outro ponto que, realmente, vai mudar, não sei como vai ficar, mas vai mudar. Há uma tese que muitos querem que seja público, penso que o sistema misto que existe hoje é importante, precisa ter controles rígidos, muitos controles, precisa acabar com a demagogia, o exibicionismo, precisa acabar, realmente, com esse momento emocional que se faz numa campanha e criar critérios rígidos. Não tenho dúvida nenhuma que o Brasil não vai aceitar, o povo brasileiro não vai aceitar o financiamento público de campanha. O misto sim, o que está aí. Porque na hora que você coloca o dinheiro da saúde, da educação, para fazer campanha, o povo vai reagir dizendo que paga imposto para financiar a educação e não tem, paga imposto para financiar a saúde e não tem, paga imposto para financiar as estradas e infraestrutura e não tem, e vai ter dinheiro para

financiar a minha campanha, a campanha de Bobô, a campanha do presidente Fabrício, a campanha dos políticos? Por mais meritório que seja, a sociedade não vai aceitar.

Só para dar um pequeno exemplo, no Orçamento que vamos votar amanhã no Congresso Nacional, o relator colocou, em função do número de partidos novos, mais R\$570 milhões para os fundos partidários. Além da despesa que teve ano passado, este ano está propondo mais R\$570 milhões em função da criação dos novos partidos.

Ora, será que no Brasil não temos onde colocar R\$570 milhões que não seja fora da política? Na educação, na saúde, em toda função social, no bolsa família, onde for necessário uma ação social. Então, essa questão do fundo partidário é complexa, é importante, é fundamental, mas não pode ser a única. Na campanha de presidente da República, ano passado, gastou-se mais ou menos entre R\$800 e um bilhão. Imaginem os senhores e as senhoras se esse dinheiro fosse gasto no Orçamento público do estado, da prefeitura e do governo federal.

Então, essa é uma questão que tem que ser vista sem emoção, sem demagogia, tem que ser vista com clareza. Não se faz eleição sem gastar, não se faz eleição sem disputar o voto, não se faz eleição sem pregar seu pensamento, e tudo isso custa, realmente, movimentações. O que precisamos acabar, isso sim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, é com o Caixa 2 de campanha. Temos que criminalizar o Caixa 2 de campanha, porque quem usa o Caixa 2 na campanha está cometendo um crime contra a sociedade, um crime contra a democracia e um crime contra ele próprio, que está lá sub-representando a quem o elegeu. Penso que é fundamental essa questão do financiamento público de campanha.

Outro ponto que considero, também, fundamental é em relação a sub-representação das minorias no Congresso Nacional e nos Parlamentos. Precisamos criar um mecanismo, não sei se o distritão vai resolver isso, mas a questão da sub-representação das minorias que existe hoje é muito grave e precisa ser modificada. As minorias, numa democracia, precisam estar representadas no Congresso, nas assembleias, nas câmaras de vereadores, precisamos realmente discutir. Se ela é minoria hoje, ela pode não ser minoria e certamente não será minoria em futuro ou próximo, a médio prazo. Então, a questão da representação das minorias considero fundamental e até agora colocamos e não encontramos ainda instrumento que possa fazer com que essa sub-representação seja realmente aliviada e amenizada.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Ex^a, todos os deputados estaduais e federais aqui presentes, as associações comunitárias, os representantes aqui, vereadores, prefeitos, nós viemos aqui para ouvir, apenas citei algumas questões que estamos discutindo. Essa reforma vai acontecer, pequena ou grande, irá acontecer, até junho ela precisa acontecer. O que estamos vendo no Congresso é que três ou quatro pontos desse estão maduros para uma discussão no plenário, fora da comissão. E aprovando esses temas, penso que teremos um grande desafio e fazer em 2016, 2018 o início de um processo de escolha política mais democrática, mais saudável, mais honesta, enfim, para que todos nós brasileiros sejamos bem

representados nas classes e nas casas políticas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de registrar a presença do deputado Zó, Alex da Piatã, Fabíola Mansur; vereador Caluxto, de Lauro de Freitas; Rita Sabateli, presidente do movimento e luta popular; Emanuel Carlos; Pastor Capelão Raimundo, da Ordem dos Pastores; Luciano Marcos, presidente estadual da JF; Beatriz Matos, vice-presidente da UBIS; professor Rui Oliveira, presidente da APLB; Marcelo Gavião, coordenador do SineBahia; Roberto Santana, do Sindibeb; Graça Firizola, diretora de gêneros do sindicato da bancada da Bahia; Talita, da Associação dos Moradores de Tancredo Neves; Anderson Pinheiro, vereador de Lauro de Freitas; Gilmar Oliveira, vereador de Lauro de Freitas; Antônio Rosalvo, presidente da Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas.

Convido nesse momento o Sr. Rui Nestor, Procurador Regional Eleitoral para falar pelo tempo de 5 minutos. Também convidar para fazer parte da Mesa, Fabrício Bastos, representante da OAB, substituindo o presidente da OAB, que teve que sair para uma viagem agora nesse momento.

O Sr. RUI NESTOR:- Bom-dia a todos, bom-dia a ao deputado Fabrício Falcão, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, agradeço também especialmente a deputada Moema Gramacho pelo convite, agradeço também a presença das entidades sociais e entidades sindicais. Vou pedir também uma extensão de prazo, além dos 5 minutos, preparei um material muito grande mas vou tentar resumir de forma bem direta.

Gostaria de destacar que eu falo aqui como Procurador Regional Eleitoral na Bahia são impressões pessoais minhas, a propósito do tema da reforma política que é extremamente fundamental. Não falo aqui como posição do Ministério Público Eleitoral como um todo nacional. Temos o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, existe um grupo executivo nacional da Constituição eleitoral, são impressões mais minhas. E digo também que não falo como expert no tema, não tenho a expertise que têm os deputados estaduais e federais ou que o Parlamento dispõe sobre esse tema. Falo mais como um participante relevante da função eleitoral porque colaboro um pouco com a Justiça Eleitoral nas minhas atribuições, que são próprias do Ministério Público.

Sobre a reforma política, o que teria a dizer inicialmente é que o sistema atual eleitoral, isso me parece que é um consenso, fracassou com seus propósitos. Falo apenas do sistema partidário, do sistema proporcional que é o da eleição de deputados estaduais, federais e vereadores, que na teoria é um sistema muito bem vocacionado de permitir que todos os interesses da sociedade sejam representados no Parlamento. Mas na prática não é o que se vê. Na prática o que se vê é a falsa impressão do eleitor de que vota num candidato achando que vai conseguir elegê-lo, quando na verdade elege outra pessoa. A falta de sintonia de representatividade popular entre o eleito e os eleitores. Isso é óbvio, fora as questões de campanha eleitoral, da qual falarei

depois. Então, existe esse consenso de falar que a reforma política é necessária há décadas; há duas, três décadas já se fala sobre a reforma política. Vamos cansar de repetir isso.

O alerta que procuro fazer a vocês quando tenho oportunidade – que são representantes na Câmara dos Deputados, e isso vale para qualquer espaço de poder –, é que quem não executa seu poder, tende a perdê-lo, a perder o espaço. Esse espaço tende a ser ocupado por outras instituições, por outras parcelas da sociedade.

Com relação ao Parlamento, parece-me que desde a Fixa Limpa, essencialmente, em 2010... Isso é muito claro, foi necessário um projeto de lei de iniciativa popular, capitaneado pela OAB, pelo MCCE, para que o Parlamento verificasse a importância daquele tema para a sociedade.

Vemos diariamente o chamado ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal, discutindo questões que são essencialmente do Parlamento, relativas ao aborto, à anencefalia, ao financiamento da campanha eleitoral.

A fidelidade partidária foi trazida numa resolução do TSE, em 2007, por uma questão de moralidade política, de o cargo pertencer ao partido ou não. São matérias do Parlamento, e o Parlamento não vem executando sua função.

Só repetindo. Isso não é uma cantilena, mas é uma repetição diária, apenas se discuti. Parece-me que este momento democrático brasileiro, desde junho de 2013, com os desenvolvimentos sociais, é o momento mais propício para que haja uma efetiva deliberação de um lado ou de outro.

Acho que a sociedade está cansada de não haver uma definição do Parlamento. O Parlamento fica muito reticente com o erro, com a manutenção status quo, com a manutenção da situação atual, e não age, não produz. Parece-me que este é um momento essencial.

Foi até bom eu ter vindo aqui, porque eu tinha algumas impressões sobre as quais já consegui melhorar um pouco. Para mim, tem de haver alguns caminhos para a reforma política. Por exemplo, como baratear a campanha? Isso é essencial, não se pode vivenciar uma campanha eleitoral da forma que está. Também é preciso fortalecer partidos, porque a Constituição define que o sistema brasileiro é partidarista, necessita de partido, não existe representação sem partido.

Precisa-se estabelecer instrumento de controle social sobre os mandatos; é preciso aproximar a sociedade do seu representante. Apreendi, neste momento, que as representações das minorias, das mulheres precisam ser garantidas. Isso é algo que não está sendo tão bem discutido.

Existem várias propostas em curso. Em tese, viemos falar de uma proposta só, mas tentarei falar de forma genérica sobre várias situações. A discussão é grande sobre o sistema eleitoral, sobre o modelo do sistema eleitoral: misto? Distrital puro? Parece-me que o caminho inicial seria o sistema distrital misto, porque o distrital puro terá a dificuldade de você identificar quais são as circunscrições, porque há um perigo muito grande em definir circunscrições por currais eleitorais. E assim não se

traz a garantia da participação das minorias e das mulheres.

Talvez o sistema distrital misto seja a melhor forma, a princípio, de trazer essa garantia de vagas para a representação popular em geral; e garantir vagas também aos candidatos, para que eles se aproximem mais dos seus redutos eleitorais.

Algo que parece consensual também é o fim das coligações partidárias nas candidaturas proporcionais. Atualmente, isso é fato comum. Se me perguntarem, talvez eu não me lembre em quem votei para vereador, deputado estadual, deputado federal nas últimas eleições. Isso é fato comum. E se você perguntar qual foi a coligação na qual seu candidato atuou, é inimaginável que alguém responda.

As coligações para deputados estaduais não trazem nenhum benefício para o sistema eleitoral. Na verdade, buscam apenas, como todos sabem, uma disputa por espaço na propaganda eleitoral.

Com relação à reeleição, sinceramente, talvez eu vá até na contramão do que vocês tenham entendido e falo isso também como alguém de fora, não vejo a reeleição como um mal em si mesmo, um mal dela própria. Eu vejo que o sistema em torno da reeleição, as regras é que são deficientes, deficitárias e precisam ser melhoradas.

A reeleição seja de prefeito, vereador, governador ou presidente, permite ao eleitor, inclusive, que ele possa valorar o seu governante. Vai dizer que o seu governante durante três ou quatro anos fez ou não um bom trabalho, darei ou não continuidade a ele. Mas é preciso, além disso, ter regras claras sobre desincompatibilização, algo extremamente importante, e não se pode admitir que um prefeito, governador ou presidente seja candidato e se mantenha no cargo até a eleição, participando de eventos institucionais em claro vilipêndio à isonomia dos demais candidatos. É algo que se precisa pensar.

Financiamento de campanha eleitoral é o tema da moda, mas extremamente importante. Porque é o foco, a origem dos principais problemas de corrupção. Mas eu diria que não podemos dizer que o financiamento é que causa a corrupção. Não é isso. As pessoas é que corrompem e que são corrompidas. Nem todos os políticos fazem isso, mas o financiamento está, sim, na crista da onda. Porque ele que permite que uma empresa doe milhões, como doar trezentos e tantos milhões para vários candidatos. Há a ADIN que está em curso no Supremo, e tive a preocupação de ler os votos dos ministros. Eles falam exatamente isso. Primeiro porque pessoa jurídica não tem personalidade, quem tem que participar de campanha eleitoral é o cidadão. É o cidadão que diz que gosta ou não de tal candidato e da plataforma dele e apoiará ou não. Ninguém vê, ou pelo menos é muito raro, um cidadão doar para um candidato e para o seu adversário. Isso é inimaginável.

A pessoa jurídica, em tese, poderia dizer que gosta da plataforma política que me orienta, mas não é isso que há no Brasil. Temos empresas doando para todas as matizes de candidatos. Seria muito ingênuo de nossa parte acreditar que são doações espontâneas, porque gostam do sistema eleitoral. Não é. É um toma lá da cá, é um investimento, é o retorno que virá depois. Ou é o achaque como vimos nessa

Operação Lava Jato, algumas “alegações defensivas”, entre aspas, mas que transmitem uma certa realidade, da empresa ser achacada também pelo candidato ou por correligionários. E isso o empresariado já nos trouxe essa preocupação, eles dizem que nas épocas das campanhas viajam ao exterior porque não querem ser chamados pelos candidatos. Ou seja, não é um sistema que tenha bons frutos.

Voto facultativo é um assunto pouco falado, mas é uma proposta que está na PEC da Comissão criada, é algo a se pensar, é relevante para a população. Com todo respeito a quem pensa de forma diferente, penso que é uma grande falácia dizer que o eleitorado brasileiro não tem maturidade suficiente para votar ou deixar de votar, não é assim. O eleitorado brasileiro é consciente, perdoem-me, já deu mostras até mesmo nas eleições majoritárias, o eleitorado sabe quem é o governante que está melhor em sua comunidade, trazendo os benefícios. Já deu provas concretas de que não reelege quem não trabalha direito.

Então, há maturidade suficiente para o eleitor votar consciente e dizer que não é obrigado a votar, mas votará porque quer o tal candidato eleito. Além de trazer uma diminuição muito grande da compra de votos, que é o que vemos de forma demasiada nas eleições, principalmente nas municipais. Se não há obrigatoriedade de votar, para o candidato é um risco muito maior comprar o voto de uma pessoa que sequer precisa ir. Diminuiria também o risco de um grande crime eleitoral do transporte irregular de eleitores. O que vemos de carreatas ou ônibus de eleitores de Salvador para o interior, tudo com estrutura montada, perderia a necessidade sem a obrigatoriedade dos votos.

Coincidência de eleições, também fala que alguém de fora, me parece que há um certo consenso na seara política de que seria importante.... Não vejo, sinceramente, como uma medida que trará uma melhoria concreta para o sistema eleitoral como um todo. Talvez para o político que fica o tempo todo falando de eleição, tudo bem, mas para o processo eleitoral, não vejo como uma medida. Primeiro, porque nas eleições estaduais, eleições gerais, temos uma dificuldade muito grande de conscientizar os eleitores sobre como votar. Algo que é simples, mas são cinco, seis cargos a serem votados, e há uma dificuldade tremenda. Trazer outro implemento, mais três, quatro candidatos é algo difícil. Segundo, se houver esse interesse, essa manifestação de coincidência de eleições, é preciso haver um regramento muito mais efetivo e um apoio muito mais efetivo às instituições de controle.

Falo agora pessoalmente como Ministério Público, o trabalho que o Tribunal regional Eleitoral e os promotores eleitorais têm numa eleição é algo desumano. Se juntar todas as eleições, será preciso trabalhar com prazos mais elásticos de fiscalização, impugnação, diminuição de prazo de propaganda para evitar muita discussão. O que trabalhamos nessa eleição sobre placas de propaganda na cidade foi algo monstruoso.

Quantitativo de partidos políticos também é um tema que está sendo discutido, algo que entendo relevante. Existem algumas cláusulas de barreiras que foram enfrentadas pelo Supremo Tribunal Federal e declaradas inconstitucionais, mas

concordo com o que o ministro Toffoli falou. A declaração de inconstitucionalidade foi muito mais porque existem cláusulas mais fáceis de criar um partido político. Cria-se um partido político com relativa facilidade, mas existem essas cláusulas de barreiras que impedem o funcionamento deles. Ora, se permitiu a criação, tem que funcionar. A cláusula que tem de existir é a que dificulte a criação do partido político.

Não estou querendo com isso impedir, cercear a atividade parlamentar de movimentos sociais, movimentos de minorias. Mas é preciso que haja critérios mais efetivos para que determinados sentimentos de determinados temas na sociedade sejam compartilhados por um número maior de pessoas, para que haja a criação de partidos.

Fidelidade partidária é o tema que motivou o nosso convite. De forma bem sintética, só tenho uma crítica à proposta. Primeiro, porque ela torna a Justiça Eleitoral uma mera declaradora de infidelidade partidária. Segundo, porque não traz, fazendo uma defesa, em tese, dos políticos, a possibilidade de o candidato, do mandatário se defender, alegar algum motivo que entenda justo para a sua saída, que é o que o TSE, Tribunal Superior Eleitoral define na sua resolução. A proposta é de pena automática apenas pela mudança de partido, quando, na verdade, existem situações específicas que precisam ser enfrentadas, precisam ser discutidas judicialmente pelo TRE, pelo Ministério Público, que podem motivar a saída de um candidato do seu partido.

Participação feminina é um tema também relevante. Digo que as regras atuais sobre a participação feminina, que trazem mais na parte de propaganda partidária e na parte de registro de candidaturas, não são efetivas para tornar a participação feminina mais presente na condução política.

Na parte de registro de propaganda, com todo respeito aos senhores, muitas mulheres são colocadas como candidatas apenas para cumprir a cota exigida pela lei, a cota dos 30%, salvo engano, quando na verdade, depois não continuam na campanha ou não fazem campanha alguma. É uma fraude eleitoral que foi criada pela própria lei, porque a lei diz que o partido tem de ter 30% de mulheres. O partido, às vezes, não tem esses 30%, o que cria toda essa situação.

Com relação à propaganda partidária, o Ministério Público Eleitoral aqui na Bahia e em alguns estados têm ajuizado algumas ações para punir os partidos que não cumprem o tempo exigido para a propaganda feminina. Mas não vejo, e aí faço uma crítica geral, fiscalização de outros setores da sociedade sobre isso. É só o Ministério Público que tem que fiscalizar isso? Existem vários, e aqui estamos num grupo social em que todas as pessoas são ouvidas, e é preciso que haja também fiscalização sobre esse cumprimento. Se o partido “A” atendeu, não atendeu... E podem representar no Ministério Público que ele vai atuar.

Também não poderia perder a oportunidade de trazer umas pequenas sugestões em acréscimo às propostas, são três. Uma já falei, que é sobre o fortalecimento das instituições fiscalizadoras. É preciso que qualquer proposta tenha por foco imaginar a necessária atuação do Ministério Público Eleitoral e da Justiça

Eleitoral, dando-lhes estrutura material e humana para fazer esse trabalho, seja apoiando projetos de iniciativa do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral, de incremento de pessoal ou incremento de estrutura. Temos no Estado da Bahia 205 zonas eleitorais e algumas Promotorias Eleitorais sequer tem sede e uma estrutura mínima de fiscalização. É preciso que seja analisada essa questão.

Desaprovação de contas de campanha é algo que não existe, não tem utilidade nenhuma, com todo o respeito aos advogados aqui presentes. Está aqui o Dr. Vandilson que foi lá. E com todo respeito também aos políticos. Eu me assustei um pouco, em 2014, quando estávamos analisando as prestações de contas, vários candidatos, vários políticos foram conversar comigo, me parece, até falei isso da tribuna, que é uma questão mais moral de não ter as suas contas desaprovadas, ou por um risco de que o Supremo venha a mudar o entendimento, mas é preciso que haja uma efetividade no julgamento dessa prestação de contas. O julgamento de prestação de contas hoje, que é meramente formal, porque não há uma análise concreta se gastou aquilo, se houve caixa dois ou não, serve mais para justificar depois e o candidato dizer: Olhe, tive minhas contas aprovadas pelo TRE. Quando, na verdade, o TRE não analisou com a necessária intensidade se houve ou não gastos excedentes de campanha.

E uma outra questão é que existe uma possibilidade de ajuizamento de ação judicial por conta de irregularidades em campanhas eleitorais prevista no Art. 30, a, da lei das eleições, que quando criado discutiu-se muito sobre o prazo para ajuizamento dessa medida. É um prazo extremamente curto, 15 dias para ajuizamento de uma medida dessa natureza. Na verdade, é necessária uma ampliação desse prazo para o Ministério Público Eleitoral ou para os próprios partidos a fim de evitar que sejam ajuizadas ações absolutamente infundadas. É preciso uma investigação mais aprofundada desses casos.

Concluindo, Sr. Presidente, agradeço novamente o convite. Falei muito rápido, de forma mais objetiva, não tive tempo de me aprofundar mais, mas digo aos senhores que a Procuradoria Regional Eleitoral está à disposição para novos debates, novos encontros. Reforço a necessidade, é consenso entre os senhores, de que a reforma política precisa ser efetivada. Com defeitos ou sem defeitos, os ajustes serão feitos, é urgente e necessário que haja essa reforma política.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Foi feito um acordo inicialmente que os componentes da Comissão teriam 10 minutos para falar e os demais, 5 minutos.

Com a palavra o deputado federal Elmar Nascimento por 10 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Fabrício Falcão, Srs. Deputados federais, representantes do Ministério Público e OAB, sociedade civil organizada, cidadãos e cidadãs do meu Estado, é importante a

realização desta sessão exatamente no dia posterior àquela que foi a maior manifestação pública da história recente do País. Milhões de brasileiros foram às ruas com dois únicos objetivos: o principal deles para dizer que basta de corrupção. Ninguém aguenta mais pagar tanto imposto e esse ser desviado para interesses espúrios. E o segundo: Não tão forte quanto o primeiro, mas com tanta visibilidade, que é o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

As pessoas, às vezes, confundem a figura do impeachment como uma espécie de recall, que não existe em nossa legislação. Se existisse recall, tal qual existe na legislação inglesa, a presidente já teria caído pelo fato de que ela faz, absolutamente, o inverso do que prometeu fazer durante a campanha eleitoral.

Não podemos tratar o impeachment como coisa comum, pois o meu caro deputado Benito Gama foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Impeachment do presidente Collor, como uma tese simplista do golpismo. O impeachment é um instituto legal que existe em nossa Constituição; observando, para isso, a base jurídica, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Não quero dizer que já exista fato determinado que possa levar a presidente Dilma Rousseff ao processo de impeachment.

Em recente manifestação do Ministério Público Federal – baseada na tese da Teoria do Domínio do Fato à época do Mensalão – o ex-ministro José Dirceu foi condenado, majoritariamente, pelo Supremo Tribunal Federal, apenas, com base em prova testemunhal. Não havia um único fato que levasse a provar que ele, efetivamente, tinha sido o chefe de uma quadrilha e tenha comandado todo o processo do Mensalão.

Mas os ministros, em sua maioria da nossa suprema corte, após, repito, patrocínio do Ministério Público brasileiro e da Procuradoria Geral da República, se convenceram de que era impossível que um esquema orquestrado como aquele de compra de parlamentares, no Congresso Nacional, não tivesse um chefe, uma pessoa que comandasse. Então, com base na chamada Teoria do Domínio do Fato, foi condenado o ministro José Dirceu.

Eu chamei a atenção para isso para perguntar: será possível que se roube tanto dinheiro da maior empresa de petróleo do mundo? Será possível que se desvie tantos recursos da Petrobras sem que a pessoa, que foi ministra de Minas e Energia e, depois, foi presidente do Conselho da Petrobras, não tenha o mínimo de conhecimento disso?

Na semana passada, votamos, no Congresso Nacional, a correção da tabela do imposto de renda. Entre o que nós, da Oposição, queríamos e foi aprovado era de 4,5% para 6,5%. Isso dá R\$ 180 milhões, ou seja, menos do que acabou de devolver o gerente da Petrobras, Pedro Barusco.

A sociedade não aguenta mais isso!

Judiciei, por aí, para ir, propriamente, aos temas que estamos discutindo na Comissão de Reforma Política. Vivemos, no Brasil, um sistema, absolutamente, esquizofrênico em que o eleitor, culturalmente, vota no candidato, mas não sabe a

qual partido ele pertence. Vejam, 90% do eleitorado brasileiro, após três meses das eleições, não sabem em quem votou; quanto mais a qual partido o candidato pertence.

A nossa legislação, reconhecida também pelo Supremo Tribunal Federal, diz que o mandato é do partido. Se o parlamentar deixa o partido, ele perde o mandato. É preciso acabar com esta esquizofrenia, porque a importância da valorização dos partidos políticos tem o poder imperial. Os diretórios nacionais do partido têm o poder de intervir, sem qualquer justificativa, nos diretórios estaduais. Por via de consequência, as comissões provisórias estaduais, também, podem intervir nos diretórios municipais.

Em um sistema em que se dá todo este poder aos partidos – que precisamos democratizar – não há de se falar que o mandato seja do partido, porque o eleitor vota no candidato.

Ao chegar à Comissão de Reforma Política, preocupei-me muito. Ao ouvir os debates dos deputados dos PCdoB, Democratas, PSDB, PMDB e PR, percebi que cada um tem uma reforma política em sua cabeça que melhor lhe dará condições de elegibilidade.

Foi aí que pegamos a nossa primeira barreira, porque, para mudar o sistema político-eleitoral, precisam-se de três quintos do número de membros do Congresso Nacional. Aí reside o grande problema.

Talvez, a tese majoritária, na comissão e no próprio seio do Congresso Nacional, seja o tal distritão, que é uma eleição majoritária entre as 39 vagas para deputados federais ou as 63 vagas para deputados estaduais da Bahia.

E tal qual todos os outros sistemas, esse tem as suas virtudes e os seus defeitos. Tem a virtude de o eleitor, efetivamente, votar no candidato, não vota nos partidos; mas tem o defeito de não resolver os problemas do financiamento de campanha que, a meu ver, seja ele público ou privado, o principal problema do financiamento de campanha é a corrupção e o caixa dois.

E, aí, não há de se falar só de impor limites. É importante impor um limite máximo de gastos, mas que proíba, por exemplo, empresas que têm contrato com o poder público – empreiteiras e bancos que recebem recursos do BNDES – possam doar, porque isso é uma forma indireta de contribuir com o poder público e de ter os seus interesses no Congresso e empresas que são subsidiadas com recursos de bancos oficiais.

O Brasil é o único país do mundo que uma empresa, a JBS, empresa de frigorífico que recebeu bilhões do BNDES, doou 150 milhões para campanha eleitoral. Isso é quase a metade do que prestou conta para a campanha da candidata vitoriosa à Presidência da República. Isso é quase dois terços do que gastou o candidato da Oposição.

Há de se fixar limites absolutos, porque você não pode falar de 2% com uma empresa do porte e do faturamento de uma JBS, e comparar com um médio empresário que faz qualquer outro tipo de doação.

Mas o principal – e o deputado Benito Gama falou aqui com bastante prioridade – é criminalizar. E, para criminalizar, temos de dar estrutura de fiscalização ao Ministério Público. E há uma tese que tem avançado bastante no Congresso Nacional e, talvez, termine sendo um fator positivo para isso, porque, nas eleições municipais, diferente da nossa estadual, o índice de fiscalização e de acompanhamento, aí não é da Justiça Eleitoral, mas dos próprios adversários, que disputam as eleições, é muito maior.

Outro dia se realizava eleição na França, onde não se vê um cartaz ou um outdoor ou uma placa. Aqui no Brasil, é essa profusão de material e de placa. Temos de reduzir o tempo de campanha. E já se fala muito no Congresso Nacional em reduzir a campanha para 45 dias da convenção e 30 dias propriamente dito de campanha. Para que 90 dias de campanha eleitoral?

Vejam a questão do fim da reeleição.

Na semana passada, estive, lá, na Comissão de Reforma Política, o nosso presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Toffoli, categórico em algumas informações. A primeira é a que o Supremo Tribunal Federal, quase por unanimidade, considera absolutamente inconstitucional qualquer iniciativa de prorrogação de mandato.

Portanto, se resolver fazer coincidência de eleições, só há dois caminhos. Um caminho é o de estabelecer, para um ou para outro, um mandato tampão de 2 anos ou um mandato de 6 anos. Pelo que estamos a observar, um desses dois caminhos deverá ser seguido.

Há o item da reeleição para o Executivo.

E, aí, o ministro Dias Toffoli defendeu peremptoriamente que só coubesse para a Presidência da República. Acho que, majoritariamente, também, caminha para o fim da reeleição para Executivo. Não só descompatibilizar, porque a experiência tem mostrado, sobretudo nas eleições estaduais e municipais, uma absoluta quebra de isonomia. Não há isonomia numa disputa eleitoral quando o sujeito – o prefeito, o governador, principalmente – concorre no exercício do próprio cargo à reeleição.

Por último, gostaria de falar sobre dois temas.

Há uma coisa que nos preocupa e que precisamos, também, tratar na reforma da legislação infraconstitucional. Trata-se da judicialização da eleição, principalmente nas eleições municipais. Em todo o município, há um segundo turno. A pessoa, inclusive, forja provas.

Quem está no dia a dia – e o ministro Dias Toffoli falou sobre isso – sabe existir uma discussão no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, que já foi levada ao Supremo: a legitimidade e a legalidade de se utilizar escuta ambiental sem autorização judicial.

Eu já fui vereador. E quem é vereador sabe que, hoje, você disputa uma eleição onde o sujeito chega à sua casa, onde você é admoestado para captação ilícita do sufrágio. O eleitor pede madeira, telha, cimento, enfim, pede tudo ao prefeito.

Muitas vezes, se você tiver um grupo competente e um jurídico razoavelmente bom, arma-se uma armadilha e caça qualquer um, sobretudo o prefeito. É a coisa mais fácil do mundo você pegar. Existem municípios onde, em toda eleição, quem é eleito é caçado.

Em Valença, esse este fato aconteceu em 3 eleições seguidas. E em vários e vários municípios acontecem. Portanto, nós precisamos nos debruçar sobre a questão da legalidade das provas e acabar com isso.

A nova legislação eleitoral, patrocinada pela OAB e pela CNBB, capta o ilícito, capta o sufrágio que é o político que, em tese, captou. E não há nenhum tipo de punição, sequer, educativa para o eleitor.

Há pessoas que se profissionalizaram nisso para buscar vantagens. E 90% dos parlamentares municipais eleitos, e quero falar na prática, pois gastam muito mais do que essa prestação de contas que vai para o Tribunal Regional Eleitoral que é fictícia.

Por que digo ser fictícia? Porque eles, apenas, atestam a regularidade das notas. É só acessar. Acesse, aleatoriamente, as prestações de contas dos vereadores das pequenas cidades e verá prestações de contas de R\$ 300,00, R\$ 500,00 ou R\$ 1.000,00 com coisas que não existem. Até a gasolina é muito mais do que gasta sobre isso. E a justiça eleitoral não tem o poder de fiscalizar e de punir. Chega ali e atesta a irregularidade. Quem faz a prestação de contas mais simplificada possível é quem termina se dando bem.

Por último, há a questão dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A justiça eleitoral é federal. Mas, estranha e historicamente, temos, apenas, 1 juiz federal que faz parte dos TREs. Isso faz com que a influência política contamine os TREs para quem estiver no plantão da Presidência da República.

E, aí, eu falo contra a nossa classe dos advogados porque o quinto constitucional, que vai eleito, os advogados eleitos, para os TREs, vão sem o mínimo de independência, porque lhes é permitido a recondução. E desde o primeiro dia que compõem os TREs, o advogado, escolhido na lista tríplice pelo presidente da República para compor o Pleno do TRE, já está pensando em agradar a quem o escolheu para que ele possa, dali a 2 anos, ser reconduzido.

Fora outras coisas que nós publicamente não podemos falar. Mas é do conhecimento do Brasil inteiro a forma como as coisas funcionam nos Tribunais Regionais Eleitorais. Portanto, eu defendo que temos de colocar, ao invés dos advogados, para dar mais independência, mais dois juizes federais nas composições dos Tribunais Regionais Eleitorais para que não tenham influência política no julgamento dos processos que, infelizmente, ainda têm no Brasil.

Nós estamos aqui, como disse o deputado Benito, para falar o que acontece na Comissão de Reforma Política. Confesso que estou, absolutamente, preocupado, porque é muito difícil você construir uma maioria de três quintos quando as pessoas pensam de forma diferente.

Nesse sistema distrital ou distrital misto, todos têm as suas razões quando, por

exemplo, você defende o voto distrital. Vejam, eu, por ser votado em 80% em uma região, antes, via com bons olhos o voto distrital. Quando você começa a perceber a nuance do funcionamento do Congresso Nacional já se preocupa, porque um presidente da República, eventualmente popular, pode ter a condição de eleger 90% do Congresso Nacional.

Isso não é bom para a democracia. Bom para a democracia é que estejam representadas todas as forças de forma proporcional. Um partido pode ter 40% dos votos no Brasil e, por conta de uma votação distrital em que, majoritariamente são eleitos aqueles do partido do governo, se faça 90%.

Teremos de ter a condição, a sabedoria e a maturidade para construir aquela que não é a melhor reforma para a nossa eleição, mas a reforma política que vá ao encontro dos anseios da nossa população, sobretudo depois de uma manifestação tão forte como a de ontem.

E nós, congressistas, temos de legislar, como se dizia na França por ocasião da Revolução Francesa, “com um olho no rei e o outro olho no povo”.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero registrar as presenças dos deputados estaduais Soldado Prisco, Pedro Tavares, José Raimundo Fontes; Marlúcia Paixão, diretora do Sindsefaz; Álvaro Raimundo da Federação de Karatê; Julieta Palmeira, diretora-geral da Bahiafarma; Natalícia Santos Silva, diretora do Sindisaúde da Bahia; Geraldo Galindo, secretário de Comunicação do PCdoB. Os vereadores Maciel, Júnior Neves e Decinho de Lauro de Freitas e Viana e Pedro de Irecê vieram prestigiar este ato importante, aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Convido, para fazer o uso da palavra, a nobre prefeita Maria Quitéria, presidente da UPB, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas.)

A Sr^a MARIA QUITÉRIA:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero saudar Moema Gramacho, nossa deputada federal, que nos convidou para participar deste encontro junto a Daniel Almeida e Alice Portugal, nossos deputados federais. Alguns de nossos colegas já foram. Enfim, Elmar Nascimento acabou de falar. Saúdo o nosso deputado estadual e presidente desta Masa, Fabrício Falcão.

Gostaria de dizer que nós já fizemos várias sessões aqui nesta Casa. E, ao mesmo tempo, ficamos muito tristes, pois, infelizmente, não temos uma participação maciça dos nossos deputados.

Hoje, refiro-me, principalmente, aos meus prefeitos. Saúdo meu prefeito Nafitel. E, em nome dele, saúdo todos os prefeitos, porque eles representam 417 municípios da Bahia. (Palmas.)

Os vereadores estão mais interessados do que os prefeitos. Ficamos, até,

tristes e meio constrangidos, porque este é um assunto que nos diz respeito; apesar de ouvir de Elmar e Benito Gama falarem se tratar tal tema de cláusula pétrea na Constituição o mandato não poder ser prorrogado.

Mas ficamos preocupados com o fato desta reforma política não ser discutida de forma participativa com a sociedade, com os prefeitos, com os políticos. É de suma importância que isso seja discutido com todos, porque nós, prefeitos e prefeitas, estamos no mandato e somos cobrados, efetivamente, pela população em nossas cidades.

Fico feliz porque Moema combinou comigo fazermos esses encontros regionalmente. Espero a participação dos vereadores. Quero parabenizar todos vocês. Há, até, uma vereadora de Lauro de Freitas. E, em nome dela, saúdo as mulheres. Já que falamos tanto em aumentar o número de mulheres, Fabíola, esta é uma causa que sempre falamos, ou seja, que os partidos incentivem as mulheres para participar.

Este momento em que vivemos não é apenas um momento político-partidário onde existem direita e esquerda. Este é um momento político onde estamos sendo confrontados com a nossa realidade, com problemas gerados na educação, na área social. E tais problemas estão sendo suplantados. E nós precisamos entender que momento é este que estamos vivendo, não apenas fazer uma reforma política onde há outros interesses, seja o dos senadores que acaba com a questão da suplência, seja dos prefeitos na prorrogação dos mandatos, seja do Legislativo quando aprova a maioria das leis.

Nesta Casa, tenho de ressaltar que as leis são feitas pelos deputados e senadores.

E nós, prefeitos, muitas vezes, penalizados no Executivo, porque um prefeito não pode sair do seu cargo para se candidatar a deputado e voltar para o cargo de prefeito caso ele não seja eleito; até porque quem faz as leis é o Legislativo. Então, nesse caso, há um benefício maior para o Legislativo do que para o Executivo.

Então, nós precisamos acabar com a hipocrisia do nosso País de dizer que, ontem ou hoje, o nosso País viveu um momento difícil. Nós, sempre, viveremos um momento difícil quando nós não temos o interesse coletivo colocado em questão. E aqui os poderes... Quando se vem discutir uma política público-partidária e quando se vem falar sobre financiamento de campanha, que a vida inteira teve, toda vida foi dessa forma, Moema, a gente sabe, Alice, que nós, principalmente as mulheres, muitas vezes não conseguimos nem esse financiamento por ser mulher. As dificuldades que enfrentamos para chegar a ser candidata....Então, sabemos que até isso as pessoas não acreditam que nos aconteça. Nós mulheres, que estamos hoje no poder, temos essa obrigação de contribuir, fazer seminários e implantar cada dia mais uma política que seja para todos, onde não se precise de recursos, onde sejam punidos aqueles que vão pedir dinheiro ao político para nele votar. Que não seja mais uma democracia onde a gente dê poderes ao político e cobre só do político. A sociedade também tem que participar e também tem que definir o seu papel quando ele vai pedir um favor num concurso público, quando ele vai pedir um favor em benefício

próprio... São essas situações que precisamos colocar para essa sociedade que está nas ruas para discutir. Acredito que neste momento quando se coloca um choque de cultura, a absorção da reforma na educação, porque hoje na educação não se ensina mais matérias disciplinadoras, se não temos mais ética nas escolas, não se procura incentivar mais o nosso adolescente, o nosso jovem a conhecer de fato como funciona o País, as regras, o que tem que obedecer, o que não pode quebrar – um orelhão, um telefone público na rua, quando o prefeito coloca a lâmpada que é de todos, então vai-se quebrar a lâmpada nas escolas... Isso foi que a gente viu a vida inteira.

Então, a reforma política passa por uma mudança de cultura. Eu fico feliz que vamos discutir isso com a sociedade. Parabenizo vocês todos e digo que a União dos Municípios da Bahia, os prefeitos da Bahia colocam como prioridade... Eu trouxe algumas pesquisas que mostram que todos os prefeitos querem que seja estendido o mandato, que acabe com a reeleição, porque não suportamos mais parar o País de dois em dois anos para fazer eleição, gastar dinheiro para eleger deputado, prefeito, num País pobre como o nosso. (Palmas.) Precisamos efetivamente é de fiscalizar e punir. Se tem corrupto, se tem ladrão, que se puna, mas que não puna o povo de dois em dois anos ao parar os municípios para que possamos participar de uma eleição e sermos penalizados no futuro.

Olívia, contamos com o apoio de todos vocês, da sociedade civil organizada e dos prefeitos da Bahia. Aqui me coloco à disposição como sempre para participar de um processo democrático. Quando estive lá no Congresso, com deputado Eduardo Cunha, falei exatamente no problema que estivemos vivendo nos nossos municípios, que é o custeio da máquina pública. Então, discutir o pacto federativo mais do nunca também é uma prioridade. E estaremos lá amanhã com essa discussão. Foi aberta uma comissão, a pedido nosso, lá na Câmara, e o Congresso está realmente querendo acelerar as coisas, mas que seja de uma forma participativa. Que não se calem as vozes que estão dentro das cidades, que somos nós prefeitos, prefeitas e vereadores.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero registrar as presenças da Sr^a Secretária Estadual da Mulher Olívia Santana; dos Srs. Vereadores de Salvador Kiki Bispo e Everaldo Augusto.

Com a palavra a deputada Alice Portugal, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas.)

A Sr^a ALICE PORTUGAL:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Fabrício, quero cumprimentar meus colegas deputados federais Daniel Almeida, Moema Gramacho, Elmar, Davidson, que esteve conosco e outros que aqui estiveram; todos deputados e deputadas estaduais aqui presentes; senhores vereadores; prefeitos; organizações da sociedade civil; sindicatos; a CPB, aqui representada; Sr^a Mariana, presidenta da UEB, União dos Prefeitos da Bahia; nossa querida Quitéria; o Dr. Fabrício Bastos e também o Dr. Nei, que aqui esteve, do TRE, enfim, a todos e todas que acorreram a esse debate que a Assembleia Legislativa acolheu com todo o

empenho, a partir da provocação da comissão, a Comissão Especial que está tratando da reforma política.

Acredito que hoje, um dia depois de uma grande manifestação e três dias depois de outras grandes manifestações realizadas pelas organizações sindicais, e ontem, convocadas pelas redes sociais mas com organizações também já identificadas, tivemos no País a verificação de que há um dissenso de ideias e um confronto de ideias colocados na ordem do dia.

No entanto, é exatamente a partir do amadurecimento da democracia que esse conflito de ideias se estabelece. Estamos vivendo, deputado Elmar, o maior período de democracia corrente, contínuo, da história desta jovem República. Esta República que, sem dúvida alguma, foi imperfeita durante muitos anos, no seu próprio nascimento.

Esses dias, verificava o quadro que orna o belo salão nobre do Senado da República, e ali havia apenas uma mulher na assinatura da ata da Proclamação da República, exatamente a secretária, nenhuma outra mulher presente. Talvez, a melhor caligrafia, a melhor síntese política, mas fora do poder.

Essa é a nossa República, uma República imperfeita, sacudida por pelo menos 3 golpes formais, fora as instabilidades históricas, 37, 46, 64, e todos eles com o mesmo discurso no preâmbulo da interrupção democrática: a corrupção; e no último, especialmente, com 25 anos de ditadura e não 21, corrupção e Cuba, corrupção e ameaça do comunismo. Então, precisamos parar depois dessas duas demonstrações de força da sociedade brasileira, porque, não obstante as televisões, a grande rede que compõe uma estrutura de mídia corporativa do Brasil tenha feito a transmissão ao vivo das manifestações de ontem, a anterior foi também muito grande de apoio às políticas existentes no Brasil.

Quero dizer que urge de maneira concreta o debate de uma reforma política democrática. Quem é contra a corrupção tem de fazer reforma política; quem quer enfrentar o processo de aprimoramento democrático tem de discutir a reforma política; a arquitetura política precisa ser atualizada, e na minha compreensão, não deveria haver um drama.

Discordo da afirmação do procurador que disse que o nosso sistema faliu.

Não! O sistema esgotou-se porque a sociedade evoluiu. Mas sou da geração que fiz 18 anos – não vou dizer em que ano foi isso – e não podia votar para governador, não podia votar para presidente, não podia votar para o prefeito da minha cidade. O meu papel era ir para as portas das cadeias pedir anistia para os presos políticos.

O Brasil evoluiu, e muito, no processo democrático, e agora precisa atualizar o seu sistema político, precisa readequar o seu sistema político, readequar no sentido de que não é possível que, com campanhas tão caras, o maior cabo eleitoral do País seja o poder econômico; que garanta a superação das ideias e a eleição muitas vezes de pessoas expressivas, mas muitas vezes de pessoas completamente ineptas ao processo decisório da política, apenas para carrear sobre nomes importantes o poderio

econômico de determinados segmentos.

Essa é a matriz da corrupção, executivos da grande estatal estão devolvendo milhões, mais de 100 milhões, cifras astronômicas, inimagináveis; precisamos ver quem foram os políticos que receberam os restos, defendemos, sim, a punição dos atos de corrupção para corruptos e corruptores, mas é fundamental que mexamos no sistema. Empresa não vota, então o financiamento público é algo fundamental, não é possível que num País com mais de 52% de mulheres eleitoras, que se destacam na carreira jurídica, na carreira policial, nas empresas, nas universidades; que tenhamos menos 10% de mulheres no Parlamento e não me digam: “Ah! Não encontram mulheres”. O deputado Arthur me dizia: “Eu não encontro mulheres”. Nunca vi tanta invisibilidade em uma população que é mais da metade dos seres humanos que compõem esta nação. Agora não se cumpre a lei, procurador. Não se cumpre a lei dos 5% do fundo partidário para promover formação política de mulheres. Não se cumpre a lei dos 10% do tempo de propaganda dos partidos. Cumpre-se, apenas, a exigência dos 30% na lista. A lei não está sendo cumprida, e, sim, as organizações da sociedade civil bradam. Mas nós não temos força. Talvez os microfones não sejam modulados para a voz aguda das mulheres.

Portanto, tenho que dizer que a reforma política está na ordem do dia. Mas ela não pode ser confundida com o que aqui foi defendido pelo deputado Elmar, que a teoria do domínio dos fatos é suficiente para constituir um processo de impeachment contra a presidenta Dilma. (Palmas.)

Quero dizer que o Supremo e a Procuradoria Geral da República tiraram qualquer sombra de dúvida sobre qualquer envolvimento da presidenta da República em relação aos casos de corrupção em apreciação no Brasil. Os delatores, réus-confessos, estão apontando o dedo para nomes que serão investigados. Agora, a sociedade não pode ser completamente induzida pela mídia a colocar esse dedo em todos os rostos, constituindo a possibilidade de dedos podres apontarem para faces honestas, e isso gerar uma distorção em relação ao processo de investigação no País. (Palmas.)

Quero rememorar, e a experiência nos dá também esses direitos, alguns problemas, também muitas virtudes, a virtude da memória lembra que o PFL sustentou o presidente Collor até naufragar a nau. E é fundamental dizer que hoje temos com clareza a necessidade de repudiarmos o que aqui o dirigente da OAB repudiou: suásticas pelo fim do Supremo Tribunal Federal, pela morte aos comunistas, força para Lula e Dilma, “Vão para Cuba”, “Vão para Venezuela”. Como se o Brasil não tivesse a sua historicidade e a construção da sua contemporaneidade democrática, com a morte de muitos, o desaparecimento de muitos, o sacrifício de muitos!

Então, é necessário resgatarmos esses debates com a altivez de todos que souberam o sacrifício que foi chegar até aqui. Fazer a reforma política é uma vitória para o povo brasileiro aprimorando a sua democracia, superando resquícios ainda do patriarcalismo, resquícios do processo coronelista, oligárquico, especialmente no

interior e no Norte-Nordeste brasileiro ainda tem forte comando na política. E especialmente a política municipalista.

Por isso é fundamental que esse debate seja amplificado, seja realizado em cada bairro, Antônio; em cada escola, Mariana; em cada Fábrica, Aurino; em cada universidade, em cada município, em cada câmara, em cada fórum. É fundamental que façamos esse debate com sede de uma renovação política no Brasil do ponto de vista conceitual. E digo que isso não se faz com sofismas, se faz a reforma política também ao lado da regulação democrática, da mídia, que não é possível que para os trabalhadores organizados em seus sindicatos notícias relâmpagos se deem nos jornais formais.

E, ontem, numa convocação em duplo horário seja feita para uma manifestação com cunho partidarizado, definido. Seria mais digno se assumissem “sou uma rede de um partido político”. Porque, aí, nós teríamos a característica dada de uma rede conflagrada com o poder constituído pelas urnas. Mas, infelizmente, sob um ordenamento de uma teledramaturgia atraente, aos olhos do povo, parece que há uma neutralidade em relação à forma como se dão as notícias.

Por isso, quero dizer, que para mim, que sou do PCdoB, que acho e defendo que os partidos têm que ser analisados não só pelo seu percentual eleitoral, mas pela sua historicidade. Há quanto tempo está no Parlamento? Quanto tempo tem de fundado? Tudo isso tem que ser critério para a reforma política.

Não a cláusula de barreira fria porque temos que imitar o sistema americano de dois partidos. Quem disse que o desfile democrático de ideias tem de ter um numeral definido? O numeral tem que ser definido pela regra democrática da sociedade, e não por uma cópia de sistemas exteriores. (Palmas.)

Portanto, deputado Fabrício, teria muito mais a dizer sobre os elementos cruciais de cada item da própria reforma, mas o fundamental é dizer que a reforma tem que se dar com participação popular, que a reforma tem que se dar discutindo item a item nos setores da sociedade e que não pode se dar num clima de tentativa de golpe, digo com todas as letras essa palavra, que está se tentando urdir contra uma presidenta eleita, com eleição não questionada e com a garantia efetiva de que é na normalidade democrática que o Brasil seguirá adiante.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a Sr^a Elke Petersen, chefe da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores, representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Lourival Trindade, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a ELKE PETERSEN:- Como meu tempo é exíguo, cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Daniel Almeida, minhas senhoras e meus senhores, estou aqui em nome do TRE da Bahia, mas as coisas que também falarei são opiniões

pessoais.

Sou, também, vice-diretora da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, e acho que toda a reforma política passa, antes de tudo, pela reforma da educação. Não há como se falar em reforma política se não se educar o eleitor, o brasileiro, para a cidadania.

E essa educação começa desde o ensino fundamental. Por isso, temos, inclusive, o projeto Eleitor do Futuro, projeto que tive o prazer de, durante 5 anos, estar na coordenação executiva. E agora estamos reavivando o projeto e contamos com a participação de toda a sociedade civil.

Outro ponto, também, é que a reforma política, não pode ser feita sem se ouvir a sociedade civil, porque ela é a destinatária. Todos os brasileiros são destinatários da reforma política e do sistema democrático e representativo que nós temos. Por isso, considero salutar a discussão sobre a questão do sistema proporcional de eleições, em que não há identificação entre os representantes e os representados.

Como já foi falado aqui, muitas vezes nem nos lembramos em quem votamos. Se eu perguntar aqui: em quem se votou para vereador, para deputado estadual, para deputado federal, não na eleição retrasada, mas na última eleição, a maioria não vai se lembrar. Inclusive não vai saber em quem votou porque existe a figura dos puxadores de votos.

Outro ponto crucial é a questão do financiamento empresarial das campanhas. Já temos hoje um financiamento público. Todo mundo diz: “Mas o eleitor, o contribuinte, não deve ser o responsável por financiar as campanhas?” Mas nós já somos, quando temos um fundo partidário. Já vivemos num sistema misto de financiamento.

Então, o que é proposto pela coalizão democrática no projeto de lei Eleições Limpas, encampado pelo movimento de combate à corrupção eleitoral, parece-me um sistema misto muito propício a dar certo. O que talvez, deixa-me receosa é, justamente, essa questão da educação. Educar o eleitor para esse novo tipo de sistema a ser apresentado em que você vota e fortalece os partidos políticos no primeiro momento e depois você vota nos nomes já numa lista fechada, em que há uma eleição primária dentro do próprio partido ou das coligações formadas. Então, os pontos cruciais, para mim, da reforma são esses.

Quanto à questão, também, do fim da reeleição e a volta do mandato de 5 anos, não tenho uma opinião ainda muito bem definida acerca da coincidência dos mandatos, pois, como educadora, ainda vejo, talvez, como um ponto prejudicial você só discutir a eleição de 5 em 5 anos no Brasil.

Essa festa democrática que temos de 2 em 2 anos, para mim, é muito salutar, porque coloca o cidadão no centro de destaque, no seu ativismo de cidadania. O que temos que fazer é um trabalho com o cidadão brasileiro para que ele se desloque da posição de que eu sou sempre detentor de direitos, mas o cidadão não vê que, em primeiro lugar, também tem deveres com a democracia. O dever dele não se esgota no ato de votar, inclusive porque o voto é um direito que foi muito árduo de ser

conquistado, as mulheres, mesmo, não votavam, era voto censitário, voto masculino, censitário, negros não votavam.

Então, toda essa discussão acerca do voto ser obrigatório ou facultativo acho que morre quando a gente pensa no direito de votar e não no dever de votar. O dever não é votar. O dever é fiscalizar os seus eleitos.

Quero terminar a minha fala enaltecendo um baiano, Milton Santos, que tem um livro muito importante, O Espaço do Cidadão, que acho que reflete este momento, agora, em que estamos discutindo não só com o Legislativo, com o Executivo, mas com toda a sociedade baiana, e, por que não, brasileira, em que ele diz o seguinte: “A busca pelo indivíduo do futuro e a libertação dos grilhões que o amarram e o tornam obediente a uma realidade cruel somente se alcançam pela negatividade. Dizer não é mostrar-se plenamente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade. Essa, segundo Ferkiss, é a capacidade de tornar concreto os futuros almejados. A busca da des alienação passa por esse caminho que a história parece apontar.”

Então, acho que as manifestações populares são esse caminho, independentemente do partido ao qual você é filiado, do que melhor lhe representa. Toda forma de manifestação popular vem realizar isso aqui. É o povo brasileiro dizendo que ele não aguenta mais esse nível de corrupção, esse nível de desrespeito à própria dignidade da pessoa humana de cada brasileiro.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o próximo orador, Aurino Pedreira, presidente da CTB/Bahia.

O Sr. AURINO PEDREIRA:- Bom-dia a todas e todos os presentes.

Quero saudar essa iniciativa do deputado Fabrício, juntamente com o deputado Zó e o deputado Bobô, de promover esse debate. Também saúdo toda a Mesa.

Um dos temas importantes dos temas, efetivamente, à luz de todo esse debate que a sociedade tem travado permeia, naturalmente, uma discussão mais ampla com a sociedade e uma emergência de ser avaliada e debatida no Congresso Nacional, deputado Daniel Almeida, que compõe essa comissão.

Hoje coincidiu este seminário depois de um final de semana agitado, vamos dizer assim. Não podemos negar que duas grandes manifestações ocorreram. Uma na sexta-feira, produzida a partir dos movimentos sociais, em particular as centrais sindicais, formado por militância. Nós não fechamos fábricas, não fechamos escolas, não fechamos bancos. A militância foi às ruas em número bastante expressivo no País, apontando os rumos e um debate no qual compreendemos que a sociedade, o governo federal, o Congresso Nacional têm de se debruçar, que é na defesa não só do

direito trabalhista, mas de uma instituição importante como a Petrobras, e a democracia, acima de tudo.

E um outro se deu no dia de ontem, bastante representativo, também não vamos negar isso, com contribuição de, eu diria, posso usar esta palavra, um grande apelo popular por segmentos importantes da mídia. Ou seja, com ações expressivas dentro de um debate com o qual todos nós comungamos, que é a questão da luta contra a corrupção, mas tendo um pano de fundo... E aqui estamos na Assembleia Legislativa da Bahia, várias lideranças do movimento social, deputados e deputadas presentes, e sabemos efetivamente qual é o pano de fundo que estava por trás da convocação das manifestações de ontem.

E quando falamos de reforma política, estamos falando de democracia. Naturalmente, não podemos deixar de registrar nossas preocupações com o regime democrático, que está em risco no nosso País. Acredito que muitos dos que estiveram presentes ontem, de fato, querem que o Brasil avance, não tenho dúvida sobre isso. Mas não posso fechar os olhos para uma das pessoas que contribuiu, organizou a movimentação no Estado de São Paulo, citada na denúncia do HSBC, no banco da Suíça.

E isso não é dito, por exemplo, pela imprensa; não é colocado efetivamente quem está por trás desse amplo debate do ponto de vista das mudanças da sociedade. Aquilo que o deputado Elmar aqui falou nos preocupa, porque aquele amplo conceito – até que provem o contrário, sou inocente – no nosso País está acabando. A democracia, hoje, está em risco. Acho que esse debate da reforma política, efetivamente, precisa estar atento a isso.

Há dois movimentos importantes sobre essa questão. Um, sobre a convocação de uma Constituinte exclusiva. Acho esse um movimento importante, interessante, pois coloca na pauta de discussão esse tema. Mas a CTB tem clareza de que dentro da disputa social que o País vive, dentro do Congresso que o povo elegeu dentro dessas regras postas aí, um Congresso que na nossa visão não representa a maioria da sociedade, mas foi eleito pelo povo, acho que hoje seria temerário – e aí concordo com a presidente da OAB, seção Bahia – nós caminharmos para uma Constituinte exclusiva.

Então, a CTB assina junto essa proposta da coalizão de entidades – CNBB, OAB – pela reforma política, que está sendo aqui apresentada. Entendemos que, dentro da conjuntura atual, dentro das propostas que estão sendo apresentadas, dentro daquilo que baliza o que compreendemos como questões mais importantes, o fim do financiamento privado de campanha...

Eu acho que essa é uma das matrizes da corrupção, não exclusiva, mas é uma das responsáveis. A gente acredita que dá para caminhar, dá para construir com as entidades da sociedade civil, deputado Fabrício, uma proposta que traduza um pouco mais a nossa sociedade.

Agora, estou com algumas questões que, me parece, precisamos aprofundar. Uma é a composição social. O Congresso e talvez a própria Assembleia, mas

principalmente o Congresso, no qual acabo militando um pouco mais nas discussões, ele representa a quantidade de jovens existentes no nosso País? A quantidade de negros existentes no nosso País? A quantidade de mulheres existentes no nosso País?

Então, se você tem um Congresso Nacional cujo perfil não é um desenho da sua sociedade, há defecções sobre isso. Na nossa ótica, na leitura da CTB, na leitura das centrais sindicais, os mecanismos para uma reforma política precisam estar atentos à posição social da nossa sociedade.

Então, são dois elementos básicos que entendemos: não dá para o setor privado estar financiando eleições, porque ele desestabiliza, efetivamente, a condição concreta de você ter uma participação mais efetiva de todos esses segmentos, e o outro é a realidade desses próprios segmentos.

Numa outra questão, que acho importante, mas talvez não esteja na ordem do debate da forma política, entendemos que o País ainda necessita daquilo que chamamos de reforma de alta densidade. A reforma de alta densidade é a que chamamos de reforma tributária, urbana, política.

Mas existe, uma outra reforma importante que não sei como casar nessa discussão da reforma política. Mas se ao mesmo tempo questionamos o financiamento privado das campanhas eleitorais, também não podemos concordar que não se faça o debate da reforma da mídia. Diariamente a mídia faz campanha eleitoral, diariamente a mídia diz quem é corrupto e quem não é, quais são só projetos que o povo tem que debater, discutir. Porque a sociedade civil organizada a partir dos instrumentos que ela detém, talvez fale para milhares, e o somatório dela talvez fale para milhões. A mídia, através de algumas poucas famílias, fala diariamente para milhões e ao falar para milhões elas conseguem deturpar informações, mobilizar a sociedade à luz dos instrumentos que ela detém.

Então, pensar na reforma política sem pensar nos instrumentos que a sociedade impõe e, efetivamente, esse poder da mídia é não percebermos o projeto de disputa do nosso País e das opiniões que ela efetivamente põe em curso durante o dia a dia.

Quero dizer que nós, cidadãos, votamos a cada 2 anos e também somos a favor de que esse processo de eleição a cada 2 anos também não é benéfico para a nossa sociedade. Compreendemos assim, até porque, sabemos que 1 ano e meio antes ou, pelo menos, 1 ano antes de cada eleição praticamente o País “para”, porque os partidos têm que buscar caminhar em suas campanhas. De fato precisamos rediscutir esse calendário eleitoral.

Mas se o povo vota a cada 2 anos; o mercado e a mídia fazem campanha eleitoral diariamente, a partir dos instrumentos que têm.

Então, acho que essas questões, efetivamente, não podemos concordar. E compreendemos e apostamos que com o financiamento público e o fim do financiamento privado, com a possibilidade de mecanismo de uma maior participação popular efetiva durante o curso de todos os mandatos e com, efetivamente, você traduzindo uma participação social e uma representação social mais efetiva da

sociedade, acreditamos que possamos ter, talvez, um País mais democrático; talvez, um Congresso mais democrático; uma assembleia mais democrática; instituições políticas que, de fato, traduzam a vontade do povo. E é para o povo que os políticos e os partidos são eleitos.

E só para encerrar, compreendemos também que uma coisa que se tenta colocar debaixo do tapete são as questões ideológicas. Só teremos democracia forte se tivermos partidos fortes, e partidos fortes significa dizer, efetivamente, partidos dos quais a sociedade identifique quais são as propostas, projetos e quais são as ideologias que defende. Por isso é que defendemos que os partidos precisam ser fortes para que tenhamos uma democracia forte em nosso País. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a senhora Antônia Garcia, representante do NEIN, pelo tempo de até 5 minutos.

Quero registrar a presença do deputado Manassés aqui, no Plenário.

A Sr^a ANTÔNIA GARCIA:- Bom-dia a todas as pessoas presentes.

Quero cumprimentar todas as representações e cumprimentar a Mesa em nome das mulheres tão raras no nosso Parlamento, (Palmas.) as nossas deputadas Alice e Moema que, sem dúvida, fazem a diferença na Comissão da Reforma Política e, por isso, nós temos confiança da condição de avançarmos.

Sabemos que a nossa sociedade, não é de agora, a gênese do Brasil é uma gênese de racismo, patriarcalismo e todas as condições desfavoráveis às classes populares, aos negros às mulheres, e, ao longo da história brasileira, a representação do Parlamento tem sido essa e não é tão diferente agora. Deveria, no século XXI, termos avanços de fato, mas, infelizmente, sabemos que a nossa democracia é absolutamente limitada, democracia política porque as mulheres avançaram em muitas outras áreas mas continuam absoluta minoria na questão da política formal e na ocupação do poder em outros Poderes, inclusive no Executivo e no Legislativo. Então a reforma política é um desafio muito importante para o Brasil.

E neste momento em que vemos a polarização de posições muito claras da sociedade em relação a dois projetos em disputa: o projeto que há 12 anos tem conseguido diminuir as desigualdades no Brasil e as desigualdades raciais e de gênero, nós temos esse confronto de posições.

Então não nos enganemos. Acho que as duas manifestações, a do dia 13 e a de ontem são disputas de dois projetos: um que quer ampliar a democracia e porque não há democracia sem as mulheres, sem os negros, sem os outros grupos sociais que lutam na sociedade e não se representam nesses espaços de poder. Sabemos que o que diz um e o que diz outro não é a mesma coisa. O primeiro, do dia 13, estava dizendo que quer ampliar a democracia, combater a corrupção e quer avançar nos direitos iguais para toda população. E a meu ver, o de ontem, é de um projeto que foi disputado e que o primeiro ganhou as eleições sob as regras democráticas e está

sendo questionado desde o fim das eleições por esses grupos. E nas redes sociais, infelizmente, há um processo de reacionarismo violento de convocar novamente os militares, essas coisas todas que já foram ditas, o que mostra que não são iguais.

Nós queremos manifestações, sim, as urnas devem ser ouvidas, mas não podemos confundir as bandeiras e elas são bem claras nas duas manifestações. Na de ontem, foi menos confusa do que na de julho de 2013, há a proposta de impeachment, de interromper, como em outro momento da nossa história foi interrompido, o processo democrático.

Então, precisamos fazer a reforma política pensando profundamente nos avanços, nos projetos que avançam para ter mais mulheres no Parlamento, mais mulheres, mais negros no poder, para que a sociedade esteja, de fato, representada nesses espaços de poder.

Em termos de propostas, concluindo, não temos aqui nem os deputados que deveriam estar interessados em discutir a reforma política, mas também não temos o povo aqui. É preciso, então, que essas audiências políticas estejam onde o povo está, (palmas.) como na música. Nesse sentido, acho que devemos fazer essas audiências itinerantes e potencializar muito para chegar ao debate nos bairros, em todos os cantos, para politizar o povo. Porque com a composição que temos no Congresso, obviamente que vai haver muita dificuldade. E só com movimentos de rua a favor de avanços é que vamos conseguir avanços nessa reforma política.

O Congresso Nacional, os parlamentares, como já foi dito, têm que desafiar essa democratização das mídias. (Palmas.) Porque não é possível termos uma desconstrução da política, dos partidos, diuturnamente, pelas nossas mídias, pelos barões da mídia. Então, simultaneamente, temos que fazer esse debate para garantir essa democratização. Porque, senão, como disse Brizola lá atrás, enquanto tiver Rede Globo, a democracia corre perigo. E isso, infelizmente, se constata todo o tempo. Não só a Globo, mas todos os donos das mídias.

Proponho que os movimentos sociais, o Parlamento, essas audiências façam campanhas midiáticas para esclarecer sobre reforma política. Porque mesmo que façamos muitas reuniões nos bairros, nos municípios, etc, não alcançaremos, obviamente, a visão que os barões da mídia vão levar para todos os cantos, enquanto discutimos aqui com tão poucos.

Reforma política já é interesse popular! (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra Mariana Dias, representante da UED.

A Sr^a MARIANA DIAS:- Bom-dia, quase boa-tarde a todos e a todas, queria saudar a Mesa na presença do deputado Fabrício Falcão, que está presidindo; saudar também os deputados federais na presença de Alice Portugal; saudar as autoridades aqui presentes, a sociedade civil e todos os movimentos sociais, em especial a CTB, a

Ubes e a Abes, que são entidades parceiras da UNE e da UEB no Movimento Estudantil. Queria valorizar a iniciativa da comissão sobretudo por travar o debate aqui na Bahia sobre esse tão importante momento que o nosso País está vivendo agora. Nos colocamos no centro do debate para falar sobre a reforma política, sobre a corrupção no nosso País, como foi muito falado ontem pela Rede Globo. Acho que precisamos nos preocupar em entender qual o papel que a política joga nos rumos do nosso País hoje. Hoje, temos no País uma crise de representatividade dentro da política.

Quando falamos de reforma, quando falamos de uma reforma política democrática e popular é porque queremos que o povo se encontre, de fato, dentro desta Casa. Que não tenhamos um Congresso Nacional com sua maioria formado por homens brancos e conservadores, (palmas.) porque as mulheres, a juventude, os negros, a categoria LGBT, não se sentem representadas. Hoje, nós, mulheres, somos a maioria na sociedade. E quando queremos falar sobre aborto, quando queremos falar sobre violência doméstica e violência contra as mulheres, não será da boca dos homens que essa voz será ecoada dentro do Poder Público. Por isso que lutamos por uma reforma democrática e popular. Por isso que lançamos, junto com a OAB, junto com a CNBB, um projeto de lei de iniciativa popular que visa travar o debate sobre a reforma política visando, sobretudo, o financiamento público de campanha. Porque as empresas, os bancos e o setor rentista não pode mais mandar no nosso País.

É inadmissível que a voz que ecoa dentro desta Casa ou em Brasília seja a voz do banco Itaú, seja a voz dos empresários e dos conglomerados da educação privada que, hoje, barram o avanço da educação em nosso País, e nós não seremos coniventes com isso. Para falar sobre corrupção, é necessário falar sobre reforma política, porque se é para falar sobre os corruptos, não têm de ser julgados e sentenciados pela Rede Globo, se é para falar sobre a corrupção, quero falar da “privataria” tucana. Quero falar sobre o “trensão”, que está lá em São Paulo, porque a Rede Globo julga e dá a sentença apenas daqueles e daquelas que são de seu interesse, e nós não podemos ver o golpe ser instalado em nosso País e ficar calados.

As entidades estudantis se colocam à disposição para travar o debate sobre reforma política em todos os cantos. A Rede Globo, os rentistas e os conservadores não vão vencer em nosso País, porque a UNE entregou a sua história a serviço da luta contra a ditadura militar, entregou os seus militantes, e hoje nos marcos da democracia não permitirá e não assistirá calada a um golpe que está sendo implementado em nosso País.

A bandeira contra a corrupção é a bandeira da reforma política, é a bandeira do voto em lista, porque a gente quer para cada homem uma mulher no Congresso Nacional. Queremos um debate sobre as eleições que não seja personalista, que não seja um debate que não vise ao interesse do povo brasileiro, que não seja um debate que esqueça quais são as ideologias e quais são os projetos políticos que os partidos querem implementar em nosso País. O debate personalista nas nossas eleições precisa ter fim, a UNE, a UEB, as entidades estudantis, estarão de pé com a sua bandeira

hasteada, invadindo as ruas deste País, porque nós não recuaremos. Vamos às ruas pedir a reforma política e ser contra a corrupção, mas ser contra a corrupção de fato, e não apenas de um setor da sociedade.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registro a presença do deputado Aderbal Fulco Caldas, aqui participando. O último inscrito a usar a palavra é o Sr. Carlos Moura, representante do Movimento Nacional contra a Corrupção Eleitoral, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS MOURA:- Obrigado, Sr. Presidente Fabrício Falcão, quero cumprimentar também a deputada Moema Gramacho, que me convidou para, em nome das organizações da sociedade civil que compõem a coalizão por uma reforma política democrática e eleições limpas – é mais de uma centena de entidades da sociedade civil –, estar presente a este seminário.

Quero cumprimentar também a deputada Alice Portugal, a representação estudantil, a representação sindical, a representação de prefeituras, a representação da Ordem dos Advogados do Brasil. A nossa coalizão, já disse, tem mais de uma centena de entidades, mas devo distinguir a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É com muita alegria que participo deste seminário, vejo os que aqui estão presentes, eleitores e eleitoras, preocupados com o País, preocupados em modificar questões estruturais do País, porque aqui vêm nessa manhã de segunda-feira para conosco discutir, para conosco dialogar acerca da reforma política.

A nossa proposta é de iniciativa popular e se encontra protocolada na Câmara federal há mais de 1 ano.

Em função dessa mesma proposta ser de iniciativa popular, estamos colhendo assinaturas. E ao chegarmos a 1 milhão e meio de assinaturas, encaminharemos novamente à Câmara dos Deputados, consequentemente ao Senado, com a experiência que tivemos com a Lei da Ficha Limpa.

As mulheres estiveram nesta tribuna reivindicando. Preocupados com essa temática é que a nossa proposta determina que nas listas de votação, o que posteriormente explicarei, haja um homem e uma mulher, uma mulher e um homem, ou seja, paridade de gênero, para que as câmaras de vereadores, as assembleias e o Parlamento em Brasília representem, de fato, o Brasil.

Tem mais, a nossa proposta indica que o partido que tiver nos seus quadros candidatos representantes de setores sociais subalternizados terá um percentual maior para as campanhas daqueles que integram os setores marginalizados, mais pobres. E onde estão os setores mais pobres? Somos nós, da comunidade negra, são os povos indígenas, são todos aqueles que não têm fortuna, não são endinheirados.

Portanto, a nossa proposta traz uma resposta ao pequeno número de mulheres nos parlamentos e um incentivo para que os parlamentos mostrem um Brasil igual,

com negros, indígenas e demais representantes de setores subalternizados, discriminados e vítimas de preconceitos.

O nosso projeto indica a necessidade da participação popular. Não é possível, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que, por exemplo, se pretenda construir uma hidrelétrica que desfaça, que decomponha um bioma, que inunde cidades sem que o povo seja ouvido, sem que a população dê a sua palavra.

No nosso projeto não serão possíveis medidas como alienação de bens da soberania nacional sem que não haja uma consulta popular. O nosso projeto pretende que em todas as circunstâncias em que a soberania nacional esteja envolvida o povo seja ouvido por intermédio de um plebiscito.

O nosso projeto se alinha a todos os que vieram a esta tribuna dizer que empresa não vota, quem vota é o cidadão e a cidadã. Portanto, se empresa não vota, não ao financiamento empresarial às campanhas políticas (Palmas.)

Nosso projeto propõe, também, uma inovação na sistemática eleitoral: eleições em dois turnos. Todos nós sabemos da necessidade de se valorizar os partidos políticos. Quando falo partidos políticos, não estou me referindo a pessoas, mas à instituição basilar para a democracia para que seja representativa da sociedade. Que instituição é esta? É a representada pelos partidos políticos.

No nosso projeto, o eleitor e a eleitora votarão, primeiro, nos partidos. O partido deverá apresentar aos eleitores e às eleitoras o seu projeto de governo, as suas propostas, a sua ideologia; deve discutir com a comunidade; deve mostrar-se a que veio.

E, no primeiro turno, vota-se no partido, obedecendo-se à proporcionalidade. O partido, mediante àquilo que for deferido pela justiça eleitoral, terá o número de cadeiras. Então, no segundo turno, o partido apresentará ao eleitorado a sua lista de candidatos. Não se votará na lista, mas se votará no candidato da lista que o eleitor escolher.

Vejam bem, não há possibilidade de a lista ser elaborada pela executiva, pelo diretório ou por uma convenção. Em nosso projeto, a lista do partido será constituída e será elaborada pelos filiados ao partido. Em qualquer canto do País, onde o partido pretender ter candidatos e tiver filiados, lá terá uma urna oferecida ao filiado do partido para que ele escolha o seu candidato conforme a legenda à qual ele pertença.

Portanto, trago, aqui, os 4 pontos fundamentais da nossa proposta, quais sejam, o financiamento público; a paridade de gênero; a eleição em dois turnos, votando, primeiro, no partido e, depois, no eleitor; e a participação popular.

Mas devo dizer aos senhores e as senhoras que nada disso adiantará se nós, eleitores, não soubermos escolher os candidatos, não pesquisarmos a vida pregressa do candidato e da candidata e se, depois deles eleitos, nós não fiscalizarmos o cumprimento do mandato. Não diria e nem emprego a palavra fiscalização no sentido de vigiar na perspectiva da desconfiança. Eu alargo a palavra fiscalizar no sentido de apoiar o exercício do mandato.

Foi dito, verdadeiramente, desta tribuna que não sabemos, ao cabo de alguns meses, em quem votamos. Para que isso não aconteça, há a necessidade de que acompanhemos o desenrolar dos trabalhos do vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e presidente da República, porque eles são os portadores de uma procuração nossa. E aquele, que recebe uma procuração, tem o dever e a obrigação de prestar contas. E eu, enquanto aquele que outorgou a procuração, tenho o dever e a obrigação de cobrar, de ir atrás, de vigiar, de apoiar o desempenho.

Sr. Presidente, saúdo a realização deste seminário na certeza de que conseguiremos convencer o Congresso Nacional para que, com esses pontos propostos de uma reforma política, além de outros, possamos, de fato, ter um Brasil mais igual, um Brasil que não discrimine negros, índios, mulheres, pobres, um Brasil onde haja uma distribuição de riqueza mais equânime, um Brasil soberano, um Brasil igual.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Não abriremos para falas, como estava previsto. Primeiro, porque a sessão começou um pouco tarde; segundo, porque daqui a pouco já começa a sessão da Casa aqui, no Plenário. O Plenário terá de ser arrumado para se poder iniciar a sessão. E a Casa tem um prazo para que esta sessão seja encerrada, por isso não poderemos abrir.

Antes de encerrar, convido todos a ficarem de pé para escutarmos o Hino da Bahia.

Logo após, encerraremos a presente sessão. (Palmas.)

(Execução do Hino da Bahia.) (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*